



UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Mafalda da Cruz Machado

**OS RAPAZES DA RUA:  
SANÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS AOS  
MENORES NO CENTRO EDUCATIVO DE  
SANTA CLARA EM VILA DO CONDE NAS  
DÉCADAS DE 1930-1940**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia  
coorientado pela Professora Doutora Maria Paula Abreu Pereira  
Silva e pela Professora Doutora Viviane Trindade Borges  
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.**

Outubro, 2020



**UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA**

**FACULDADE  
DE  
ECONOMIA**

**OS RAPAZES DA RUA:  
SANÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS AOS MENORES  
NO CENTRO EDUCATIVO DE SANTA CLARA EM VILA  
DO CONDE NAS DÉCADAS DE 1930-1940**

**MAFALDA DA CRUZ MACHADO**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia  
coorientado pela Professora Doutora Maria Paula Abreu  
Pereira Silva e pela Professora Doutora Viviane Trindade  
Borges apresentado à Faculdade de Economia da Universidade  
de Coimbra.**

**OUTUBRO, 2020**



## **Dedicatória**

Ao meu Primo Manel.

## **Agradecimentos**

Chegar até aqui e escrever estas palavras, é algo que idealizei que um dia fosse acontecer, mas quando efetivamente me deparo com o ter de escrever, torna-se mais difícil do que parece.

É até ingrato, diria, agradecer a todas as pessoas que fizeram parte do meu caminho, sabendo que poderá, eventualmente, “escapar-me” alguma. Mas darei o meu melhor.

Agradecer acima de tudo e todos aos meus pais – sem eles não teria tido a oportunidade de estudar em Coimbra e de entrar em Sociologia. Se devo este trabalho a alguém é a eles por todo o apoio emocional e por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida.

Agradecer a duas pessoas, que não foram tão presentes na minha vida quanto gostaria, pelas adversidades que o caminho coloca, mas que certamente ficarão orgulhosos por isto – ao avô Machado e à avó Celeste.

Sem esquecer os meus avós que estão presentes fisicamente e que sempre se mostraram orgulhosos do meu percurso – ao avô Manel e à avó Laurinda.

Nas pessoas que se envolveram diretamente neste trabalho, não posso deixar de referir, em primeiro lugar a Professora Viviane Borges, pela entrega a este trabalho tanto quanto eu. Por ter sido uma orientadora incrível – atenta, preocupada e disponível. Pelos 8582 quilómetros de distância desde Marvão a Santa Catarina, que não nos impediram de manter contacto e agilizar o trabalho a realizar, até mesmo com uma pandemia pelo meio. Nunca o Brasil e Portugal estiveram tão perto.

Agradecer também à Professora Paula Abreu por me ter orientado desde a licenciatura até aqui e pela disponibilidade e prontidão que teve comigo nesta fase tão importante.

Referir também o empenho da Professora Teresa Simão, que foi minha professora no ensino básico, a quem faço questão de agradecer aqui pelo empenho de sempre em me ter corrigido este trabalho.

Não esquecendo as pessoas que ao longo de cinco anos me proporcionaram os melhores momentos que já vivi e que tornaram a mítica frase – “vão ser os melhores anos da tua vida” – em algo concreto e verdadeiro. À Cíntia, à Carina, à Catarina, à Joana e à Margarida. Coimbra e Sociologia não teriam sido as mesmas sem vocês.

Por fim, mas não menos importante, ao Dani, por ser meu amigo desde os 6 anos e por ser, nos últimos tempos, o meu companheiro nesta viagem da vida. Que companheiro este!

*Ser Feliz, até onde der. Até onde puder. Sem adiar, ser feliz o tanto que  
durar.*

*Caio Augusto Leite*

## **Resumo**

O presente relatório resulta do estágio curricular, no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a duração de quatro meses, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020, que decorreu no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

O Centro de Estudos Sociais é uma instituição científica que se dedica à investigação e formação avançada nas ciências sociais e nas humanidades, através de uma abordagem inter e transdisciplinar. Realiza investigação para e com uma sociedade inclusiva, inovadora e reflexiva, promovendo abordagens críticas face a alguns desafios mais prementes das sociedades contemporâneas – e foi isso que me propus fazer. A maior componente do estágio curricular foi a investigação permanente, leitura e análise documental, sobre os Centros Educativos e Reformatórios, tendo culminado neste trabalho que reflete e problematiza sociologicamente acerca das sanções disciplinares aplicadas aos menores no Centro Educativo de Santa Clara em Vila do Conde entre as décadas de 1930 e 1940, dando a conhecer o caso específico de um menino que lá viveu, autointitulado do “Rapaz da Rua”.

Para além do trabalho realizado no CES, de referir a importância dos documentos que encontrei na Biblioteca da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) em Lisboa, que sustentaram grande parte da minha investigação.

No que respeita ao enquadramento teórico conceptual, é feita uma exposição de várias teorias de autores que nas suas obras falam de conceitos essenciais para a compreensão da génese dos Centros Educativos para menores. Já no desenvolvimento do trabalho, são abordados aspetos concretos sobre a origem e modo de funcionamento do Centro Educativo de Santa Clara em Vila do Conde, bem como as experiências de vida dos rapazes que por lá passaram e relatos de Pinho, um rapaz de retratou a sua passagem nesta instituição através da pintura. Já na parte final do trabalho, são dadas a conhecer as motivações deste trabalho em específico e é feita uma análise dos resultados obtidos da investigação.

**Palavras-chave:** Centros Educativos; menores; sanções disciplinares; infância.

## **Abstract**

This report results from the curricular internship, in the context of the Master's degree in Sociology of the Faculty of Economics of the University of Coimbra, lasting four months, between October 2019 and February 2020, which took place at the Center for Social Studies (CES) of the University of Coimbra.

The Center for Social Studies is a scientific institution dedicated to research and advanced training in the social sciences and the humanities, through an inter- and transdisciplinary approach. It conducts research for and with an inclusive, innovative and reflective society, promoting critical approaches to some of the most pressing challenges of contemporary societies – and that is what I set out to do. The largest component of the curricular internship was the permanent investigation, reading and documentary analysis, about the Educational and Reformatory Centers, culminating in this work that reflects sociologically on the disciplinary sanctions applied to minors at the Educational Center of Santa Clara in Vila do Conde between the 1930s and 1940s, making known the specific case of a boy who lived there, self-titled "Street Boy". In addition to the work carried out at ces, to mention the importance of the documents made available in the Library of the Directorate-General for Reintegration and Prison Services (DGRSP) and the Historical Archive of DGRSP in Lisbon, which supported much of the investigation.

With regard to the conceptual theoretical framework, an extoll of various theories of sociology classics is made, which make known essential concepts for understanding the genesis of educational centers for minors. In the development of the work, concrete aspects about the origin and mode of operation of the Educational Center of Santa Clara in Vila do Conde are addressed, as well as the life experiences of the boys who passed through there and reports of "Pinho", a young man who portrayed his passage in this institution through painting. In the final part of the work, the motivations of this specific work are made known and an analysis of the results obtained from the investigation is made.

**Keywords:** Educational Centers; minors; disciplinary sanctions; childhood.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

AHDGRSP – Arquivo Histórico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

BDGRSP – Biblioteca da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

CES – Centro de Estudos Sociais

DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

## Índice de Figuras

Figura 1 - Série “A Lição de Salazar” – ed. Da Escola Portuguesa, 1938 – “Deus, Pátria, Família” (des. De Martins Barata; HV).....	34
Figura 2 - "O Destino do Rapaz da Rua" .....	58
Figura 3 - "O Refeitório" por Pinho .....	61
Figura 4 - "O Tanque" por Pinho.....	62
Figura 5 - "As Urtigas" por Pinho .....	63
Figura 6 - "O Castigo" por Pinho .....	64
Figura 7 - "O Quarto Escuro" por Pinho .....	66
Figura 8 - "As Grades" Cruz por Pinho .....	68

## Índice

<i>Agradecimentos</i> .....	v
<i>Lista de Abreviaturas e Siglas</i> .....	x
<i>Índice de Figuras</i> .....	xi
<i>Índice</i> .....	xii
<b>1. Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>2. A Experiência de Estagiar</b> .....	<b>6</b>
2.1. Apresentação da entidade de acolhimento.....	6
2.1.1. Centro de Estudos Sociais.....	6
2.1.2. Biblioteca Norte   Sul .....	7
2.1.3. Biblioteca da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.....	7
2.1.4. Arquivo Histórico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.....	8
2.2. Objetivos e contexto do estágio.....	9
2.3. A ida a Lisboa.....	12
2.4. Dificuldades e novos desafios .....	14
<b>3. Metodologia utilizada</b> .....	<b>17</b>
<b>4. A História e a Sociologia: dois caminhos tão diferentes e tão iguais</b> .....	<b>19</b>
<i>Enquadramento Teórico Conceptual</i> .....	<b>21</b>
<b>5. Patrimónios Difíceis enquanto lugares de memória coletiva</b> .....	<b>21</b>
5.1. A Génese Arquitetónica dos espaços de confinamento de menores .....	28
5.2. O Corpo e a Alma como instrumento de punição .....	30
<b>6. Conjuntura Política em Portugal nas décadas de 1930 e 1940</b> .....	<b>32</b>
6.1. A (não) Lição de Salazar .....	33
<i>Desenvolvimento</i> .....	<b>36</b>
<b>7. A Criança enquanto sujeito jurídico</b> .....	<b>36</b>
<b>8. A Génese dos Centros Educativos</b> .....	<b>39</b>
<b>9. Centro Educativo de Santa Clara - um lugar com história</b> .....	<b>44</b>
9.1. A extinção do Convento de Santa de Clara... ..	45
9.2. ... o novo Reformatório de Santa Clara... ..	47
9.3. (Re)viver as memórias do Reformatório... ..	48
<b>10. O menino chamado “Pinho” - da Tortura à Arte</b> .....	<b>55</b>
10.1. “O Destino do Rapaz da Rua” .....	57
10.2. O dia-a-dia dos menores em Santa Clara.....	60
<b>11. Considerações Finais</b> .....	<b>70</b>
<b>12. Referências Bibliográficas</b> .....	<b>74</b>

## 1. Introdução

*A infância que já não existe presentemente existe no passado que já não é.*

Santo Agostinho

A quem lhe é roubada a infância, seja por que motivos for, é-lhe roubada o resto da vida. Nada é mais importante do que viver a infância na sua plenitude. É na infância que são formadas as primeiras impressões do mundo em geral e as relações que são estabelecidas ao longo desta fase da vida são cruciais para o futuro. O problema reside quando essa infância não é vivida como supostamente deve ser – quando o brincar no parque, o doce que se vai comer em casa dos avós ou o carinho dos pais e/ou das mães que se deve receber diariamente – não existe.

As motivações deste trabalho, relacionaram-se inicialmente, com esta questão. Quando tive de escolher para onde ir estagiar, procurei o meu trabalho em contexto prisional na Penitenciária em Coimbra, mas não tendo sido possível, aliei esta vontade pessoal com a ida para o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, acabando por trabalhar sobre espaços de confinamento específicos para crianças – os Centros Educativos e Reformatórios. Comecei a consolidar o meu objeto de estudo e apercebi-me que seria interessante focar o meu estudo no modo interno de funcionamento destas instituições, que acolhem crianças e jovens, no sentido de perceber a forma como estas faixas etárias são (re)educadas e, conseqüentemente, sancionadas.

O objetivo geral do trabalho é dar a conhecer o modo de funcionamento de instituições de confinamento, nomeadamente de Centros Educativos e Reformatórios, entre as décadas de 1930 e 1940, focando no caso específico do de Santa Clara em Vila do Conde.

Mais tarde, consegui consolidar o meu objetivo específico, dando a conhecer a vida de um menor internado no Centro Educativo de Santa Clara, no período das décadas em estudo, chamado José Joaquim de Almeida, sendo o seu nome artístico “Pinho”. Faço também uma problematização sociológica da sua obra que retrata através da pintura toda a sua passagem nesta instituição e de outras crianças que o acompanharam.

Ao longo da minha investigação fui tendo acesso a registos e documentos da época que comprovam como os menores eram tratados e educados, problematizando os castigos disciplinares aplicados e as respetivas práticas institucionais.

Ao ter lido documentos manuscritos pelos antigos Diretores dos Centros Educativos na época em estudo, apercebi-me que o bem-estar e adaptação dos menores residentes nestes locais, pouco ou nada era valorizada. Estas instituições exigiam bom comportamento, rigor e excelência na prática das oficinas e um culto (quase) idolatrado pelo Catolicismo.

Fiquei ainda mais sensibilizada quando conheci a história de Pinho, através da Professora Viviane Borges, que viveu em Santa Clara entre as décadas de 1930 a 1940 e que, anos mais tarde, tendo-se tornado um artista de renome, ilustrou toda a sua passagem por esta instituição, tendo relatado em primeira mão as experiências que vivenciou.<sup>1</sup> Por ser um retrato tão pessoal e íntimo, a vontade de saber mais sobre estas instituições, foi crescendo ao longo do tempo em que estagiei no CES.

Assim sendo, começou a fazer sentido estruturar este relatório de forma a afunilar toda a informação que recolho e toda a análise que se seguiu. Inicialmente, começo por abordar de forma geral a génese e modo de funcionamento dos centros educativos; focando a minha investigação no caso do Centro Educativo de Santa Clara em Vila do Conde e em toda a sua dinâmica interna, terminando na história de vida de Pinho, que passou toda a sua infância no centro educativo em questão.

O título “Os Rapazes da Rua”, surgiu da ideia de uma pesquisa centrada em centros educativos de menores do sexo masculino, inspirada pelo título da exposição da obra de Pinho – “O Destino do Rapaz da Rua” – a qual se encontra salvaguardada no Arquivo e Núcleo Museológico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que funciona junto ao Equipamento Prisional de Lisboa. Tal como ele, houve muitos meninos que experienciaram o que é viver num centro educativo, e daí a adaptação do título para o plural. Sendo a história de “Pinho” um exemplo de tantas outras histórias de outras crianças.

---

<sup>1</sup> Em 2019 a Professora Dra. Viviane Borges realizou o seu pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a supervisão do Professor Doutor Paulo Peixoto, investigando a respeito dos patrimónios prisionais, tendo realizado pesquisa no Arquivo e Núcleo Museológico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, onde localizou a obra de Pinho. A professora continuou a sua pesquisa sobre o artista, em 2019 apresentou o trabalho *José Pinho e tantos outros anónimos, exumando objetos marginais: observações sobre o património prisional no Brasil e em Portugal*, no II Congresso da Associação de Brasilianistas na Europa (ABRE) realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), e em 2020 iniciou o projeto que se propõe a biografar o artista, em coautoria com a sua filha, Elisabete de Almeida, intitulado: Um novo destino ao rapaz da rua.

Começo este trabalho ao dar a conhecer quais os objetivos gerais do estágio curricular que me propus realizar entre outubro de 2019 a fevereiro de 2020 no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, descrevendo as tarefas que realizei e qual a metodologia utilizada. Outro aspeto abordado foi a apresentação da entidade de acolhimento, dando a conhecer a missão e objetivos do CES, bem como a sua Biblioteca Norte | Sul e as restantes instituições que tive de conhecer fora do espaço físico do estágio – a Biblioteca e o Arquivo da DGRSP. De índole mais pessoal, abordei as dificuldades sentidas e os novos desafios que o estágio me colocou – tendo sido um período desafiante e que em que me deparei com barreiras que tive de ultrapassar e metas e objetivos que tive de definir e cumprir.

Especifiquei e aprofundei a relação da História e da Sociologia, visto que foi uma pesquisa realizada de mãos dadas por estas duas áreas tão distintas e tão complementares entre si. Para entender uma, é necessário compreender a outra e foi assim durante o tempo de elaboração deste trabalho.

A pesquisa centra-se inicialmente na análise e interpretação de conceitos teóricos relacionados com a problemática. Patrimónios difíceis, arte bruta, história do tempo presente e património cultural, tornaram-se pontos de partida para a problemática que fui construindo ao longo dos quatro meses de estágio.

No Enquadramento Teórico Conceptual, pretendo desconstruir conceitos e teorias relacionadas com instituições de confinamento – passando pela importância da preservação destes espaços como sendo espaços de memória coletiva e que fazem parte da história do tempo presente – *do passado que não passa*. Pensando alguns destes centros educativos como patrimónios difíceis cabe destacar a importância conferida à arquitetura destes espaços relacionadas com a sua funcionalidade e racionalidade, como uma edificação que se moldou para uma determinada necessidade social. Em alguns casos, tais lugares passaram a ocupar edificações de antigos conventos, como foi o caso do Convento de Santa Clara que foi posteriormente adaptado ao Centro Educativo de Santa Clara em Vila do Conde.

Abordar a arquitetura destes lugares também é essencial para perceber a forma que estes espaços adquiriram. É curioso olhar para isto como parte integrante do modo de funcionamento destas instituições, porque Foucault, na sua obra, fala do *panóptico*, que consiste num mecanismo arquitetural dos locais de confinamento, como a sensação constante vigia por parte dos menores. Esta sensação de vigia vai ao encontro da obra de

Pinho que retratou as suas vivências no reformatório através de pinturas chocantes. Isto remete-nos para um lado mais subjetivo do tema, porque não se trata da arquitetura por si só, mas sim, de como quem lá viveu teve a perceção de vigia constante, por parte do próprio lugar.

A questão da noção do próprio corpo também ocupa um lugar de destaque neste trabalho, porque o corpo dos menores era utilizado como um instrumento de punição e, neste sentido, irei aprofundar a questão da reeducação dos internados através do castigo físico. Mais tarde, o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos, com a evolução da história a ditar fim aos castigos físicos, substituindo-os por castigos em que o principal objetivo era privar as liberdades de cada um.

Importa também analisar a conjuntura política em Portugal entre as décadas de 1930 e 1940, estando o país mergulhado num regime ditatorial governado por António de Oliveira Salazar – o Estado Novo. É essencial para perceber em que contexto se edificaram os reformatórios com a criação de uma jurisdição específica para crianças distinta da generalista e a forma como a trilogia Salazarista – Deus, Pátria, Família – influenciou diretamente o processo de reeducação dos menores internados, por parte das direções destas instituições.

No desenvolvimento do trabalho é feita uma abordagem sobre o papel da criança enquanto sujeito jurídico, para entender questões delicadas de criminalidade juvenil, delinquência ou abandono parental – situações que levam ao internamento de menores nestas instituições. O reconhecimento do papel da criança, fez com que fosse criada uma nova conceção do estatuto da criança – nomeadamente na forma como se encarava o seu crescimento e se avaliava a sua maturidade. Analiso também a génese dos Centros Educativos, procurando fazer uma contextualização da sua história e quais as principais missões enquanto instituição do Estado Social e com responsabilidades acrescidas por lei.

Neste sentido, é dada conhecer a história particular do Convento de Santa Clara, que posteriormente deu origem ao Centro Educativo de Santa Clara e, de seguida, relato as memórias daqueles que passaram por esta instituição. Nesta abordagem, cito documentos históricos que descrevem memórias coletivas, dos que viveram dentro de quatro paredes privadas de liberdade, que cresceram com muros tanto físicos como psíquicos. O “*(Re)viver as memórias do Reformatório...*”, é um dos capítulos que pretende contar o dia-a-dia dos internados, no Reformatório de Vila do Conde, procurando sempre pela verdade e descrição dos factos,

Só foi possível, através do documento – “*Secção com Liberdade de Aprendizagem Externa Viglada*” – criado e elaborado pela rede de Estabelecimentos de Internato de Justiça, que visava um maior controlo sobre os trinta ou quarenta menores que frequentavam o reformatório na década de 40. O problema dos reformatórios é que os mestres responsáveis pelas oficinas (Preceptores) não conseguiam manter a fiscalização de tantos alunos e isso prejudicava o seu desempenho nas oficinas a lecionar aos internados.

Já numa parte final deste trabalho, dou a conhecer a história de Pinho num capítulo dedicado exclusivamente à sua passagem por Vila do Conde. O menino chamava-se na verdade, José Joaquim de Almeida, tendo nascido no ano de 1927 e falecido em março de 1993. Através de uma entrevista realizada pela Professora Viviane à sua esposa e à sua filha, é possível conhecer quem foi o homem por trás do artista e os verdadeiros motivos levaram à criação desta obra que estava “esquecida” no Arquivo da DGRSP.

A obra em torno desta fase da sua vida, conta com vinte quadros de 1x1m (10 óleos e 10 desenhos a carvão) que relatam como viviam crianças de pouca sorte, dos 6 aos 18 anos, que conforme mencionado, estão ao abrigo do Arquivo e Núcleo Museológico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Apesar de ser a sua experiência e a sua história, acaba por retratar os colegas que o acompanharam e assim, dar a conhecer, como era a vida das crianças internadas neste estabelecimento. Numa nota introdutória que fez, ao expor a sua obra, Pinho revelou que o seu grande objetivo era que fosse “*vista pelo maior número possível de pessoas, principalmente por aqueles que forem chamados a olhar, guiar e formar os homens de amanhã. Apolítica, sem querer acusar nada, nem ninguém, mas só apelar à humanidade daqueles que trabalham nestas instituições, para que o façam com amor*”.

Por fim, dou a conhecer os quadros mais marcantes e que se relacionam diretamente com as sanções disciplinares que eram aplicadas às crianças e outros episódios que considero relevantes para o trabalho em si.

Mais do que contar a história de um menino internado num centro educativo, é problematizar as motivações de quem punha em prática os castigos físicos e psicológicos aplicados às crianças. É colocar em causa e analisar aprofundadamente os comportamentos no coletivo, tanto dos que detinham o poder como daqueles que se rendiam a ele.

## **2. A Experiência de Estagiar**

O meu estágio curricular decorreu ao longo de quatro meses, tendo iniciado a 14 de outubro de 2019 e terminado a 5 de fevereiro de 2020, perfazendo um total de 560 horas, correspondendo à duração prevista no âmbito da via profissionalizante do Mestrado em Sociologia.

### **2.1. Apresentação da entidade de acolhimento**

O meu estágio decorreu de forma oficial do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. No entanto, considero pertinente descrever e fazer referência a outras entidades que embora não tenham sido instituições que me acolheram como o CES, fizeram parte do meu percurso enquanto estagiária e que tiveram um papel fulcral para a realização deste trabalho.

Assim sendo, faz sentido dar destaque à Biblioteca e ao Arquivo da DGRSP.

#### **2.1.1. Centro de Estudos Sociais<sup>2</sup>**

O Centro de Estudos Sociais, criado em 1978 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação na área das ciências sociais e das humanidades.

O CES conta hoje com 96 investigadores, 27 investigadores associados e 23 investigadores juniores. Muitos dos investigadores desenvolvem a sua atividade a tempo inteiro no Centro, combinando os restantes a investigação com a docência ou com outras atividades profissionais. Entre o seu corpo de investigadores encontram-se sociólogos, economistas, juristas, antropólogos, historiadores, especialistas das áreas da educação, literatura, cultura e das relações internacionais, geógrafos, arquitetos, engenheiros, biólogos e médicos.

Em fevereiro de 2008, foi concedido ao CES o estatuto de Laboratório Associado pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia.

---

<sup>2</sup> <https://ces.uc.pt/pt> - link de acesso ao site do Centro de Estudos Sociais.

### **2.1.2. Biblioteca Norte | Sul <sup>3</sup>**

Foi na Biblioteca Norte | Sul nas instalações do Centro de Estudos Sociais que tive o prazer de passar mais tempo ao longo do estágio e onde desenvolvi a maior parte do meu trabalho.

A Biblioteca Norte | Sul tem vindo a criar um acervo bibliográfico – prioritária, mas não exclusivamente constituído por revistas e publicações periódicas – resultante da produção científica realizada no Sul Global, na área das ciências sociais e humanas. Inclui ainda produção científica dos países do Norte sobre os países do Sul. O projeto teve início em 1998 e encontra-se em fase de expansão, comportando uma ampla variedade temática.

Atualmente conta com um acervo de mais de 12000 volumes e mais de 700 títulos de revistas científicas. O CES tem aumentado e diversificado as suas atividades de extensão para públicos mais amplos, fruto do seu empenho em promover e apoiar a cultura científica e as iniciativas de cidadãos.

### **2.1.3. Biblioteca da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais<sup>4</sup>**

A BDGRSP tem como principal missão apoiar a direção e os técnicos que trabalham nas diferentes áreas orgânicas - penal, prisional e de reinserção social - na recolha de toda a documentação, informação, legislação e doutrina necessárias para a tomada de decisões.

O fundo documental reúne documentação vinda da Direção-Geral de Serviços Prisionais e da Direção-Geral de Reinserção Social e vários outros acervos vindos de Centros Educativos. Este fundo inclui:

- Cerca de 6 mil monografias
- 250 títulos de publicações periódicas
- Teses e trabalhos académicos no âmbito das áreas de interesse desta Direção-Geral.

---

<sup>3</sup> <https://ces.uc.pt/pt/biblioteca/apresentacao> - link de acesso ao site da Biblioteca Norte | Sul.

<sup>4</sup> <https://dgrsp.justica.gov.pt/Documenta%C3%A7%C3%A3o-e-Arquivo/Biblioteca> - link de acesso ao site da Biblioteca da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

#### **2.1.4. Arquivo Histórico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais<sup>5</sup>**

Apesar de não ter sido possível visitar e consultar o Arquivo, foi graças à professora Viviane que consegui ter acesso a documentos importantes e raros sobre relatos e cartas escritas e impressionantes sobre os centros educativos entre as épocas de 1930 e 1940. Assim sendo, considero relevante falar um pouco do Arquivo da Penitenciária e explicar em que consiste.

O Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais tem um vasto e importante património, cujo acervo é constituído pelos fundos documentais das extintas Direção-Geral dos Serviços Prisionais, Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores e Direção-Geral da Reinserção Social, abrangendo um largo período cronológico que remonta ao século XVIII.

Tem como objetivo a recolha, o tratamento arquivístico e preservação dos diversos fundos documentais (cerca de 30 quilómetros lineares) dispersos por todo o país, nomeadamente dos serviços centrais, dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos

Contando ainda com um importante acervo fotográfico de que fazem parte negativos de vidro e de celulose, álbuns fotográficos, fotografias de menores e de reclusos, de atividades laborais e lúdicas, de eventos, de arquitetura e construção, de vivências e memórias pertencentes aos Serviços Centrais, aos estabelecimentos prisionais e aos centros educativos.

Tendo em conta a sua singularidade, teria sido extremamente importante a minha ida ao Arquivo, para recolher informações para a minha pesquisa. O objetivo seria ter ido à procura de um livro de castigos que me foi indicado pela Professora Viviane Borges, que correspondia à descrição dos castigos que eram aplicados aos menores no Centro Educativo de Santa Clara. Não tendo sido possível, recorri à Biblioteca dos mesmos serviços onde foi permitido consultar documentos com grande valor histórico. Este tipo de investigações, sendo a sua base documentos muito antigos e específicos sobre estes locais, é importante que grande parte da investigação passe por eles, porque são instituições fulcrais para a realização destes estudos.

---

<sup>5</sup> <https://dgrsp.justica.gov.pt/Documenta%C3%A7%C3%A3o-e-Arquivo/Arquivo-hist%C3%B3rico> – link de acesso site do Arquivo Histórico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

## **2.2. Objetivos e contexto do estágio**

Neste capítulo procuro sintetizar os objetivos de caráter pessoal e profissional a que me propus desenvolver durante o período de estágio. Um dos objetivos centrais foram a aquisição de novos conhecimentos e competências em contexto de trabalho através da possibilidade de desempenhar um conjunto de atividades relevantes para o desenvolvimento de experiência profissional, bem como a consolidação das competências adquiridas durante a formação académica, completando-a com a experiência em contexto de trabalho.

O objetivo geral do trabalho é dar a conhecer o modo de funcionamento de instituições de confinamento, nomeadamente de Centros Educativos e Reformatórios, entre as décadas de 1930 e 1940, focando no caso específico do Convento de Santa Clara em Vila do Conde. Ao longo da minha investigação fui tendo acesso a registos e documentos datados da época que comprovam como os menores eram tratados e educados, problematizando os castigos disciplinares aplicados e as práticas institucionais.

Importa salientar que o contexto em que se desenvolveu o meu estágio foi bastante peculiar. Apesar da situação em si, considero ter compreendido a importância da componente da investigação com o auxílio da Professora e Investigadora Viviane Borges<sup>6</sup>, pensando que as peculiaridades experienciadas serviram para tornar o trabalho mais interessante e instigante.

Inicialmente, procurei ativamente um estágio no contexto prisional com preferência na Penitenciária de Coimbra. Devido ao processo burocrático adjacente à minha ida para uma penitenciária, tive de encontrar uma alternativa e foi nessa altura que o meu caminho e o da professora Viviane se cruzaram.

Embora não tenha conseguido realizar o estágio na penitenciária de Coimbra, procurei ao máximo conciliar a vontade de trabalhar em espaços de encarceramento e

---

<sup>6</sup> Professora Associada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Conheci a professora em 2019, durante o meu estágio do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), através do Professor Paulo Peixoto, que foi meu supervisor. A pesquisa da professora trata da patrimonialização dos espaços prisionais e patrimónios difíceis em Portugal e no Brasil. Em 2019 realizou o seu pós-doutoramento no CES/UC.

encontrar um espaço onde, efetivamente, pudesse desenvolver competências e acima de tudo ganhar bagagem nesta área – no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

A maior dificuldade inicialmente foi encontrar um espaço que trabalhasse sobre o tema e fosse ao encontro daquilo que eu procurava. Assim sendo, o CES foi o local possível e sendo um laboratório de investigação de ciências sociais, pude realizar o meu trabalho em torno desta problemática que, mais tarde, se consolidou no estudo das sanções disciplinares aplicadas aos menores do sexo masculino nos Centros Educativos e Reformatórios entre as décadas de 1930 e 1940, com especial enfoque no Centro Educativo de Santa Clara de Vila do Conde.

Dentro deste contexto, não realizei tarefas específicas da instituição acolhedora e não tinha ninguém a coordenar diretamente o meu trabalho, à semelhança do que acontece noutros estágios curriculares em sociologia. Acabei por geri-lo eu mesma sob a supervisão da Professora Viviane, que programava a minha semana com tarefas e objetivos que tinha de atingir.

Apresento de seguida os objetivos que penso ter cumprido com a realização do estágio: ter uma atitude pró-ativa e de iniciativa; participar em todas as tarefas propostas; consolidar e, se possível, aplicar nas tarefas inerentes ao estágio as competências adquiridas durante o percurso académico; compreender de que forma a minha área de formação em Sociologia se aplica à investigação e análise documental; perceber como a Sociologia se pode aplicar à realidade prática, compreendendo como as diferentes teorias aprendidas em contexto académico podem ser aplicadas numa determinada área profissional, nomeadamente, a investigação; e compreender de que forma é que as questões teóricas sobre patrimónios difíceis, espaços de encarceramento e vigilância constante e teorias desenvolvidas pelos clássicos da sociologia se relacionam diretamente com a vida e percursos das pessoas que passaram pelos Centros Educativos e Reformatórios.

Ao longo do estágio foi necessária a pesquisa constante de documentos de referência e de documentação específica para servirem de auxílio e orientação ao tema que me propus estudar. Para além de estar presente no CES, na reta final do meu estágio, tive de me deslocar a Lisboa para ir ao Arquivo Histórico da Penitenciária de Lisboa, com a intenção de recolher material para a minha investigação. Não tendo sido possível a visita às instalações do arquivo, como explico mais adiante, fui à Biblioteca da Direção-Geral de Reinserção de

Serviços Prisionais. Lá, procurei por documentos específicos sobre as sanções disciplinares aplicadas aos menores, cartas manuscritas pelos Diretores dos Centros Educativos em Portugal, relatos de atividades que eram realizadas nas instituições, por cartas trocadas entre os menores e os seus familiares e outros tantos que considerei relevantes para a minha pesquisa.

As atividades desenvolvidas incluíram, sobretudo, a leitura de bibliografia que a Professora Viviane Borges me foi disponibilizando, a pesquisa de material na biblioteca Norte | Sul do Centro de Estudos Sociais, muita pesquisa e leituras de artigos das bases de dados on-line, maioritariamente da B-On, Scielo e RCAAP, através da página web do CES, onde só era possível ter acesso a este tipo de plataformas e por fim, a ida a Lisboa às instalações da Biblioteca da DGRSP.

O objetivo primordial da minha deslocação a Lisboa seria fotografar um livro sobre os castigos aplicados aos menores entre as décadas de 1930 e 1940, que se encontrava no Arquivo. Como não foi possível concretizar-se, a professora Viviane disponibilizou-me material do Arquivo Histórico incluindo um livro com cartas trocadas na época, tendo relatos impressionantes dos diretores de vários Centros Educativos no país, como pretendo dar a conhecer ao longo do meu trabalho e o respetivo livro de castigos onde são descritas as formas punitivas que existiam dentro do reformatório.

O Diário de Campo foi um elemento-chave uma vez que serviu de suporte e registo de informação detalhada das atividades realizadas diariamente e de outras informações pertinentes durante o estágio. Neste sentido, consegui registar informação essencial e indispensável. A observação incidu sobre os espaços, as práticas, as interações e o ambiente em que me encontrava.

A importância da utilização de um Diário de Campo é vasta. O surgimento do diário, como também a sua utilização confunde-se com o desenvolvimento das Ciências Sociais, em destaque a Antropologia. Especialmente na pesquisa de campo, via observação participante, o diário de campo é o procedimento básico há mais de um século (Peirano, 1992 *apud* Afonso, Silva, Ramos Pontes & Koller, 2015). A sua escolha evidencia a preocupação dos investigadores pela relação estabelecida com os investigados, tornando-os interlocutores e caracterizando essa relação como uma via de mão dupla (Dalmolin, Lopes,

& Vasconcellos, 2002; Silva, 2005; Vianna, 2003 *apud* Afonso, Silva, Ramos Pontes & Koller, 2015).

O Diário de Campo permite aos investigadores descreverem pessoas, objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas; bem como as suas ideias, estratégias, reflexões e palpites. O sucesso deste instrumento sustenta-se em notas detalhadas, precisas e extensivas. Bogdan e Biklen (1994) consideram que tais notas sejam constituídas por dois tipos de material – o primeiro é descritivo e visa captar uma imagem por palavras, seja em relação a um local, ou pessoa, enfatizando as ações e conversas observadas; o segundo apresenta-se como reflexivo e constituído de ideias e preocupações dos investigadores, com ênfase às especulações, sentimentos, problemas, ideias, palpites e impressões dos investigadores e os seus planos para considerações futuras. Na sua parte reflexiva, são mostrados apontamentos sobre o que fora aprendido; os temas emergentes; padrões relacionais; reflexões sobre o método e demais problemas encontrados no estudo (Afonso, Silva, Ramos Pontes, & Koller, 2015).

No meu caso específico, criei o meu diário de campo no sentido de registar todos os momentos importantes e menos importantes no decorrer do meu estágio. Registava notas diariamente e/ou semanalmente consoante o trabalho que ia tendo. Foi um apoio muito útil para a realização deste trabalho, porque me ajudou a consolidar momentos fulcrais na minha pesquisa no CES e quando me desloquei a Lisboa.

Para além do material relacionado diretamente com a minha pesquisa, registei outro tipo de informações e fui criando material descritivo – como a primeira vez que reuni com a professora Viviane, como se foi desenrolando a nossa relação enquanto orientadora-orientanda, as vezes em que auxiliei a professora com os seus trabalhos e até das vezes em que pedi ajuda aos trabalhadores da biblioteca Norte | Sul no CES.

### **2.3. A ida a Lisboa**

Inicialmente, a minha ida a Lisboa revelou ser um processo burocrático que envolveu negociação para obter autorização por parte da Direção da Penitenciária de Lisboa. Foi-me solicitado que elaborasse um projeto de investigação que apresentasse o meu tema de

pesquisa, motivações e objetivos que justificassem a minha deslocação às instalações para fins académicos.

No dia 3 de fevereiro do ano corrente, desloquei-me a Lisboa com o objetivo de visitar o Arquivo Histórico da Penitenciária e recolher informação valiosa para a elaboração do relatório, nomeadamente um livro de castigos do Reformatório de Vila do Conde. Apesar da professora Viviane já se encontrar no Brasil por esta altura, conseguimos comunicar e acordar a minha ida nesta altura à capital.

Eram por volta das onze e trinta da manhã quando cheguei à porta da Penitenciária e confesso que estava ansiosa por ser a primeira vez que entrava num estabelecimento deste tipo. Toquei à campainha e quando entrei, estava à porta estava um Guarda-Prisional. Antes de entrar no corredor que tinha à minha frente, justifiquei que a minha presença seria para fins de investigação, identifiquei o nome da minha instituição de ensino e a minha orientadora. Aguardei por um senhor chamado Paulo Adriano que me iria guiar na minha visita ao Arquivo.

Quando me encontrou à entrada do Arquivo, lamentou que não seria possível realizar a visita naquele mesmo dia porque durante o fim-de-semana tinham ficado sem luz nas instalações e não estavam em funcionamento. Fiquei em pânico porque comecei a pensar que a minha ida a Lisboa para nada tinha servido e que não tinha conseguido cumprir com o que era esperado.

Para a minha ida não ser em vão, informei a professora Viviane do sucedido, via WhatsApp, e recomendou-me que fosse às instalações da Biblioteca da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais localizando-se perto do Serviço de Menores, procurar informações relativas ao meu tema de pesquisa. Eram cerca das três da tarde quando cheguei ao edifício da biblioteca e, mais uma vez, tive de justificar a minha presença para conseguir ter acesso às instalações.

Apesar de ser um espaço de consulta e análise documental, tem algumas normas particulares no que concerne ao modo de funcionamento – o acesso à Biblioteca é feito por requerimento prévio e depois de lido e aprovado, é que se pode aceder às instalações do edifício, tal como na Penitenciária. No meu caso, não consegui requisitar os documentos que consultei, porque eram de uso exclusivo do espaço da biblioteca e porque não se fazem empréstimos domiciliários a utilizadores externos, como era o meu caso.

Aos funcionários do espaço, compete auxiliar os utilizadores na pesquisa tanto de legislação como de doutrina, de modo a satisfazer o melhor possível dos pedidos. Na sala de leitura é permitido o uso de computador e scanner de uso pessoal, de modo a copiar partes das obras para fins académicos.

Sentei-me numa mesa sozinha e a senhora bibliotecária perguntou-me quais eram as minhas áreas de interesse e o que é que eu procurava em concreto. Expliquei-lhe que estava a realizar o meu estágio curricular de mestrado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e que o meu objeto de estudo estava relacionado com os Centros Educativos e Reformatórios nas décadas de 1930 e 1940 e as respetivas sanções disciplinares.

Aguardei atenciosamente que me fossem entregues os documentos que procurava. Foram-me entregues revistas, livros e artigos valiosos de valor museológico, que foram imprescindíveis para completar o meu relatório. Não sendo possível fotocopiar ou requisitar os documentos, fotografei todos os documentos que me foram entregues para depois os conseguir ler e analisar detalhadamente. E assim foi.

No entanto, planeei deslocar-me novamente a Lisboa no mês de março, porque a professora Viviane Borges também viria a Portugal e seria uma boa oportunidade para reunir e organizar o meu relatório. Infelizmente, com a chegada do novo coronavírus ao país, não foi possível concretizar esta reunião nem a ida ao Arquivo como inicialmente planeado. Assim sendo, nunca cheguei a ir às instalações na penitenciária, mas tendo em conta as circunstâncias, tive de adaptar a documentação que já tinha, com a bibliografia que fui encontrando com o auxílio da professora Viviane para continuar a minha pesquisa.

#### **2.4. Dificuldades e novos desafios**

Quando iniciei o Estágio Curricular no Centro de Estudos Sociais, criei expectativas associadas ao modo como iria decorrer a minha presença na instituição. Inicialmente, pensei que seria mais fácil a minha adaptação, porque já estava familiarizada com o espaço e a biblioteca dada a estreita relação entre a instituição e o curso de Sociologia. No entanto, não foi isso que aconteceu.

Cheguei no dia 14 de outubro e fui recebida muito bem pelo bibliotecário responsável, o senhor Acácio Neves, que me explicou detalhadamente como funcionavam

as bases de dados do CES, que futuramente me iriam ser úteis na pesquisa bibliográfica sobre a temática em estudo e que me explicou como funcionava a biblioteca.

O meu estágio decorreu no período de 14 de outubro de 2019 a 5 de fevereiro de 2020 das 10h00 até às 17h00, de segunda-feira a quinta-feira, perfazendo um total de 560 horas. Apesar da flexibilidade de horários e da disponibilidade da professora orientadora durante todo o período de trabalho e reuniões semanais no CES, senti-me muitas vezes sozinha e desamparada, no sentido em que não sabia bem onde me encaixava dentro da instituição e o facto de não ter um tema inicialmente definido, fez-me sentir desmotivada face ao trabalho que iria desenvolver ao longo de quase três meses.

A ausência de um espaço físico dentro do CES, foi a principal dificuldade que senti enquanto estagiária, no sentido em que algumas das vezes que me desloquei à instituição, não tinha lugar na biblioteca para pousar o meu material e computador e isso fez-me sentir inútil e que o meu trabalho poderia ser realizado através de casa. Esta ausência fez-me questionar o meu papel enquanto socióloga, aplicando conhecimentos científicos adquiridos ao longo do curso e qual poderia ser o meu contributo para o trabalho de investigação que estava a desenvolver.

No entanto, o que me foi motivando numa fase inicial, foi o facto de existirem bases de dados essenciais para a minha investigação, algumas das quais com obras que só puderam ser acedidas através do servidor do Centro de Estudos Sociais. Neste sentido, as bases de dados que mais utilizei para reforçar a minha pesquisa foram a B-On, RCAAP e SciELO. Só através destas bases de dados on-line foi possível ter acesso a material bibliográfico essencial para realizar a minha investigação que no meu computador pessoal não teria tido acesso.

À medida que o tempo foi passando, e após ter definido qual o meu tema e quais eram as áreas e metodologias que iria desenvolver ao longo desses meses, fez-me ganhar motivação e criar a minha própria dinâmica dentro do CES, ainda que solitária, e ter oportunidade de gerir eu mesma o trabalho que me propus realizar com auxílio da Professora Viviane Borges.

Com esta experiência e dificuldades sentidas ao longo do estágio, aprendi que a proatividade é essencial para se vingar no trabalho que estamos a desenvolver. Ao ter sido responsável pelo meu próprio trabalho, aprendi a coordenar e organizar o meu tempo em

prol da minha investigação. Estabelecer horários e objetivos a atingir foi uma prioridade durante o tempo em que estagiei.

O facto do meu estágio ter sido bastante diferente daquilo que é “suposto” ser um Estágio Curricular de Mestrado, aprendi que todas as experiências, são isso mesmo – experiências. Aprendi a ser dinâmica, proativa e responsável pelo meu próprio trabalho.

A desvantagem desta autonomia e autocontrolo, fez com que muitas vezes me tenha sentido perdida e sem saber onde me “encaixava”, mas o que retirei essencialmente desta oportunidade/experiência é que podemos transformar um projeto de investigação, como sendo uma criação única e autêntica e que mais tarde, podemos mostrar à comunidade académica, e não só, todo o trabalho desenvolvido em torno de um tema tão delicado e trabalhoso – como este.

Um dos desafios mais instigantes foi a conexão que procurei estabelecer entre a Sociologia e a História. Considero de extrema importância abordar a relação de proximidade entre estas duas áreas no que concerne à elaboração do meu relatório de estágio.

Como referi anteriormente, a minha ideia inicial não seria trabalhar um tema como este e isso fez com que me sentisse um pouco perdida quando tive de escolher efetivamente o que estudar.

### **3. Metodologia utilizada**

Ao longo de toda a realização deste trabalho, foi desafiante encontrar uma metodologia clara e que fosse ao encontro do meu objeto de estudo.

Uma das dificuldades encontradas aquando da elaboração deste trabalho, prendeu-se com o facto das minhas décadas em estudo datarem os anos de 1930 a 1940. Sendo um período de análise particularmente delicado pela dificuldade de encontrar documentação que remetesse às décadas em questão, a minha deslocação a Lisboa tornou-se primordial por saber que iria encontrar literatura específica da época para que fosse possível dar outra dinâmica ao trabalho.

Uma das metodologias pelas quais optei foi pela leitura e análise documental, por ser essencial a compreensão da literatura que sustentou toda esta pesquisa. Inicialmente, realizei uma primeira organização do material pesquisado nas bases de dados da B-On, Scielo e RCAAP, essencialmente, criando pastas com diversos temas, de forma a organizar e clarificar esta parte da investigação. Mais tarde, com a disponibilização de material bibliográfico por parte da Professora Viviane, comecei a olhar para o conjunto de documentos selecionados, de forma analítica e crítica, fazendo um apanhado de tudo o que já tinha até então. Ao longo de todo o processo de elaboração deste relatório, esta metodologia qualitativa de análise documental, foi o principal sustento do mesmo.

Embora muitas vezes esta técnica possa passar despercebida, a pesquisa documental é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais, mais precisamente a sociologia. Ela é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não escritas – são quase sempre a base do trabalho de investigação. As fontes documentais devem ser analisadas de forma crítica para que se enquadrem no contexto histórico e social do momento em que foram produzidas.

Outra metodologia à qual recorri, foi à análise de imagem, como sendo uma fonte de informação essencial para compreender o que as imagens nos pretendem transmitir e como é que podem contribuir para o produto final do relatório. O uso desta metodologia foi essencial para a análise da obra de Pinho, tendo dado origem ao último capítulo deste trabalho. Foram vinte quadros que analisei, procurando problematizar a sua obra de forma

crítica ao mesmo tempo que procurei sensibilizar o leitor para a forma como o artista retrata de forma crua e chocante a sua infância e a de outros meninos passada em Vila do Conde.

Não deixa, portanto, de ser surpreendente que ao grau de importância e centralidade da fotografia em termos sociais não corresponda uma atenção equivalente por parte do campo científico, particularmente das ciências sociais, encontrando-se a temática da imagem fotográfica subexplorada, nomeadamente no campo da sociologia (Caetano, 2008).

A designação “sociologia visual” pode suscitar alguma desconfiança e estranheza, já que não é comum recorrer-se, por exemplo, à expressão “sociologia verbal”. Na realidade, esta última denominação não é utilizada porque se assume que toda a prática sociológica assenta, fundamentalmente, nas palavras, quer dos argumentos analíticos dos investigadores, quer dos discursos dos agentes e grupos em análise (Henny, 1986). A designação “sociologia visual” foi proposta como forma de definição de um subcampo da sociologia qualitativa, referindo-se ao registo, análise e comunicação da vida social através de imagens, nomeadamente com recurso à fotografia e ao filme. No fundo, é uma forma de afirmar, estabelecer e fomentar a utilização de instrumentos e objetos ainda hoje encarados com alguma desconfiança em muitos contextos de produção sociológica, sendo frequente que a sua pertinência e validade científicas sejam questionadas (Caetano, 2008).

Apesar da análise das obras de Pinho, seja feita sob o meu ponto de vista, a sua análise pretende-se também por uma interpretação subjetiva da mesma. Neste sentido, torna-se importante salientar que foi por causa da sua obra, que tive acesso a muita informação que ditou a elaboração deste trabalho, daí a sua relevância como uma metodologia qualitativa essencial e, mais do que tudo, necessária.

#### 4. A História e a Sociologia: dois caminhos tão diferentes e tão iguais

Ao ter idealizado na minha cabeça a ideia de que iria trabalhar e aplicar sociologia pura no meu estágio e relatório, não pensei que a história se fosse cruzar no meu caminho. Esta disciplina sempre me fascinou e foi-me acompanhando ao longo do meu percurso escolar e acadêmico, mas nunca tinha trabalhado com ela diretamente.

Quando conheci a minha orientadora, formada e especialista em história, fez-me ter um contacto mais direto com esta área. E que surpresa agradável que foi.

Numa fase inicial da minha investigação, li bastantes documentos e artigos que se debruçavam sobre a história do tempo presente, dos patrimónios difíceis, história de arte, história pública, entre outras.

Este trabalho só foi possível realizar-se tendo como base esta relação. Volto ao passado ao estudar e analisar as décadas de 1930 e 1940, compreendo e analiso de forma crítica a história dos Centros Educativos e Reformatórios, no sentido de compreender o modo como funcionavam, porque cronologicamente, é um passado recente que se prolonga até ao presente (dada a existência atual destes espaços de confinamento) e analiso sociologicamente as sanções disciplinares aplicadas aos menores e entendo estes espaços como espaços coletivos de produção de comportamentos sociais e em grupo.

Importa salientar que os clássicos da sociologia – Marx, Weber e Durkheim – se debruçaram nas suas obras sobre a relação História e Sociologia. No texto de Perissinotto (1999), são abordadas as diferentes perspetivas e abordagens que foram sendo feitas. A perspetiva Marxista parece menosprezar o caráter dinâmico da elaboração teórica, dinamicidade esta que seria dada pela própria pesquisa empírica. Do outro lado, está Durkheim que desprezaria a “causalidade histórica” em favor de uma conceção dos fenómenos sociais como fenómenos naturais. Weber, por sua vez, defendia a relação íntima entre Sociologia e História. Disciplinas próximas, porém, não idênticas, pois, *enquanto a causalidade sociológica procura leis gerais, a causalidade histórica privilegia a sequência singular de eventos que caracterizam um fenómeno histórico particular*. Assim, para Weber, grande parte do trabalho de conceptualização e de tipificação nas ciências sociais pressupõe a contribuição da história (Perissinotto, 1999).

Indo mais além das teorias clássicas da sociologia, autores como Barrington Moore e Reinhard Bendix, levaram adiante a ideia de que a causalidade histórica ao mesmo tempo autoriza as generalizações da Sociologia e qualifica-as, mostrando os seus limites. Desta articulação, surge o paradigma da Sociologia Histórica: a procura da causalidade de longa duração, a ênfase no estudo dos fenómenos políticos (construção de impérios, construção de Estados nacionais etc.) e o uso do método comparativo como instrumento que permite a elaboração de generalizações historicamente embasadas (Perissinotto, 1999).

Neste sentido, considero relevante falar da minha participação no Grupo de Estudos – “Arquivos da Quarentena” – coordenado pela Dra. Viviane Borges e inserido no Projeto Arquivos Marginais<sup>7</sup>, que surgiu no seguimento da pandemia Covid-19, após decretada quarentena obrigatória no Brasil e em Portugal. Este grupo foi criado com o objetivo de discutir temas da atualidade relacionados diretamente com os impactos sociais e culturais que o confinamento implicou. Com horário marcado às dez da manhã no Brasil e às duas da tarde em Portugal, são discutidos vários temas, semanalmente, com convidados especialistas nas mais diversas áreas, e este é um bom exemplo da ponte que liga a história à sociologia. Para além de ser um grupo didático em que se aprendem novos conceitos e temáticas todas as semanas, é uma boa oportunidade para partilhar experiências e conhecer pessoas com realidades distintas entre si.

---

<sup>7</sup> Projeto de extensão criado em 2011 pelo Laboratório de Património Cultural da UDESC, propondo ações ligadas à salvaguarda e organização de acervos de instituições de confinamento, como hospitais psiquiátricos, leprosários, penitenciárias, bem como a realização de oficinas com internos/as e funcionários/as, integrando pesquisa, ensino e extensão.

## Enquadramento Teórico Conceptual

### 5. Patrimónios Difíceis enquanto lugares de memória coletiva

Para definirmos e compreendermos o que são patrimónios difíceis, importa ressaltar que o conceito em análise não se pode dissociar da arquitetura dos edifícios históricos como é o caso das prisões, centros educativos, hospitais, hospícios, etc.

Apesar de terem um grande aporte arquitetónico nas suas construções imponentes, são edifícios que contam histórias – histórias de pesar e de memória coletiva e individual que guardam consigo as vidas das pessoas que por ali passaram num dado momento na história – como fala Paul Ricouer acerca da memória difícil daquela que se entremeia do dever de recordação – ou melhor, do dever de não esquecimento (Ricouer *apud* Menguello, 2014).

Infelizmente, assiste-se, nos dias de hoje, à destruição parcial ou total destes edifícios quando já não se encontram em funcionamento – segundo Viviane Borges, a perspetiva da história pública sobre esta problemática pode ajudar na compreensão da importância da preservação destes patrimónios, focando-se nos casos de instituições de confinamento e privação de liberdade. As experiências de novos usos destes espaços e como elas podem atuar nos vetores para a sobrevivência de tais lugares, bem como o modo como estes novos usos podem ajudar a entrelaçar a função original desses lugares aos sentidos históricos e patrimoniais a eles atribuídos (Borges, 2018).

Mais do que a sua estrutura arquitetónica, estes patrimónios são difíceis – de difícil leitura da trama da cidade, de difícil restauro pelo seu estado de ruína e abandono, ou de dolorosa rememoração (Borges, 2018).

No caso particular deste estudo, os Centros Educativos e Reformatórios podem ser pensados como um património ligado às práticas autoritárias, trazidas à tona por relatos daqueles que por lá passaram.<sup>8</sup> Neste sentido, estes patrimónios difíceis convivem com outro – os patrimónios da dor. Exemplo disso foi quando a Unesco incluiu, no ano de 2002, o campo de concentração e extermínio de Aushwitz-Bikernau na sua lista do Património Mundial, deixou claro que o património não é apenas um relicário de testemunhos estéticos

---

<sup>8</sup> No caso específico de Portugal, grande parte dos antigos Conventos, foram adaptados para instalação e criação de Centros Educativos. O Centro Educativo de Santa Clara localizado em Vila do Conde, é exemplo disso. Antes de se transformar num centro destinado a menores, era precisamente o Convento de Santa Clara.

da atividade humana (Menguello, 2014). Ou seja, conclui-se que estes edifícios nos falam de traumatismos coletivos e de feridas da memória coletiva ligada a eventos traumáticos. Num outro capítulo, irei aprofundar esta questão de traumatismos coletivos com o testemunho impressionante de um jovem que viveu a sua infância no Centro Educativo de Santa Clara, entre as décadas de 1930 e 1940, através de documentação sobre os castigos aplicados aos menores, sendo fonte fundamental para pensar o quotidiano dentro destes espaços.

No entanto, tal como se fala na importância de manter estes espaços vivos e para que não sejam esquecidas as vidas que por ali passaram, também importa falar na preservação destes espaços de uma forma realista, isto é, há espaços desta natureza que são reaproveitados e que servem de palco para demonstração quase “teatral” do sofrimento que ali se viveu. Deste modo, o passado, enquanto é irrecuperável, o lar para o qual não podemos voltar, permanece de forma incómoda viva no presente. Por isso, diz-se que a memória e património são um par inseparável, não porque o património permita a integridade ou a salvação da memória, mas porque o conceito de memória só é possível se acompanhado do seu par; o esquecimento (Menguello, 2014).

Pensando alguns destes centros educativos como patrimónios difíceis cabe destacar a importância conferida à arquitetura destes espaços relacionadas com a sua funcionalidade e racionalidade, como uma edificação que se moldou para uma determinada necessidade social. Em alguns casos, tais lugares passaram a ocupar edificações de antigos conventos, como foi o caso do Convento de Santa Clara que foi posteriormente adaptado ao Centro Educativo de Santa Clara em Vila do Conde.

Outra característica que os insere como patrimónios difíceis é o descaso com uma variedade de elementos (como documentos, equipamentos, mobiliário, técnicas, etc.), os vestígios nem sempre preservados, ressaltando que grande parte da documentação referente a Santa Clara, por exemplo, ardeu. São, portanto, espaços que estabelecem relações complexas com o património e que por isso se mostram mais complexas do que a habitual preservação concedida a outros imóveis, que geralmente convergem atenções apenas à perspetiva arquitetónica.

No seguimento do que foi escrito do parágrafo anterior, torna-se muito difícil encontrar documentação referente à época em estudo e de relatos efetivamente credíveis do que se passava por Santa Clara. Por isso, não foi possível encontrar nada específico no

Arquivo da Penitenciária em Lisboa nem na Biblioteca, que nos remetesse para a época em que “Pinho”, o rapaz que retratou a sua vida no centro educativo de Santa Clara através de pinturas, lá viveu. Num dos capítulos do meu trabalho, irei dedicar-me a contar a sua história e a importância que este trecho da sua vida, teve no meu estágio e, posteriormente, na elaboração deste relatório.

Foi através da sua arte que foi possível perceber a dimensão daquilo que foi ter vivido a sua infância num centro educativo, desprovido de liberdade e acesso a oportunidades. O rapaz, chamado António, mas tendo como nome artístico, “Pinho, deu a conhecer a sua infância, anos mais tarde, através de pinturas que retratavam o dia-a-dia dos menores num espaço de confinamento. Através das legendas dadas aos quadros, foi possível tirar conclusões assertivas sobre o modo de vida nestas instituições alusivas às décadas de 1930 e 1940. Mais à frente, irei especificar as motivações que me levaram até ele.

A memória atualiza o tempo, todo a presença e a ausência. Segundo Santo Agostinho, é a memória das coisas ausentes que permite lembrar a dor que o corpo um dia sentiu.

Neste sentido, torna-se fundamental analisar alguns aspetos da arquitetura dos patrimónios difíceis por se tratar de uma componente crucial para compreender os “lugares” em análise. Os centros educativos e reformatórios, por serem instituições de confinamento de jovens menores, têm em comum as estruturas que as compõem.

Há uma problematização da arquitetura no sentido de tornar visíveis e observáveis os que nela se encontram. A arquitetura passa assim a ser um operador que visa a transformação dos indivíduos: a sua incidência sobre aqueles que abriga produz um domínio sobre o seu comportamento, propaga até eles efeitos de poder, expõem-nos ao saber e ao conhecimento, modifica-os (Benelli, 2004). Segundo o autor em questão, *assim é que hospital-edifício se organiza pouco a pouco como instrumento de ação médica (...) um operador terapêutico. Como a escola-edifício deve ser um operador de adestramento, (...) um aparelho de vigiar* (Benelli, 2004 apud Foucault, 1999, p. 145).

Graças às técnicas de vigilância, a física do poder o domínio sobre o corpo efetua-se segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, linhas, telas, feixes, graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência, menos “corporal” por ser mais sabiamente físico (Foucault, 1999b, p. 148).

É curioso olhar para isto como parte integrante do modo de funcionamento destas instituições, porque Foucault, na sua obra, fala do panóptico dos locais de confinamento,

como a sensação constante vigia por parte dos menores. Esta sensação de vigia vai ao encontro da obra de “Pinho” que retratou as suas vivências num reformatório através de pinturas chocantes. Isto remete-nos para um lado mais subjetivo do tema, porque não se trata da arquitetura por si só, mas sim, de como quem lá vive tem a percepção de vigia constante, por parte do próprio lugar.

Falando em particular no caso do Reformatório de Santa Clara que antes havia sido um Convento, é também na sua génese uma instituição disciplinar. Isto remete para a questão ampla daquilo que são as instituições disciplinares. Na sua arquitetura, aquilo que antes havia sido um convento, foi facilmente adaptado para um centro educativo. É curioso abordar esta questão no que diz respeito à organização arquitetónica do espaço.

A respeito dessa vigilância constante, é inegável a implantação do *panoptismo*<sup>9</sup> na arquitetura das prisões, escolas, hospitais, etc. Trata-se de uma arquitetura de vigilância que permite a um único olhar percorrer o maior número de indivíduos, rostos, corpos, comportamentos, celas. Não se trata mais de uma arquitetura do espetáculo, como era a da sociedade grega, ou dos rituais religiosos nos quais os gestos e as palavras de um único indivíduo podiam ser presenciados por grandes audiências (Benelli, 2004).

A finalidade do Panóptico era o de

Induzir no detido um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento autoritário do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente nos seus efeitos... que a perfeição do poder tenta tornar inútil a atualidade do seu exercício... (Foucault, 1997, pp. 166).

(...)

O Panóptico (...) permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo que que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido (...) a sua força é nunca intervir, é exercer espontaneamente e sem ruído (...) vigiar todas as dependências onde se quer manter o domínio e controlo. Mesmo quando não há realmente quem, assista do outro lado, o controlo é exercido. O importante é (...) que as pessoas se encontrem presas numa situação e poder de que elas mesmas são as portadoras (...) o essencial é que elas saibam que estão a ser vigiadas. (Foucault, 1997, pp. 170).

---

<sup>9</sup> Jeremy Bentham, em 1785, desenvolveu pioneiramente o conceito de Panóptico, que consiste num mecanismo arquitetural, utilizado para o domínio da distribuição de corpos em diversificadas superfícies (prisões, manicómios, escolas...). O Panóptico era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel dividia-se em pequenas celas que davam tanto para o interior como para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia, segundo o objetivo da instituição, uma criança que aprendia a escrever, um operário a trabalhar ou um prisioneiro a ser corrigido. Na torre havia um vigilante.

Ele funciona no próprio cotidiano destes estabelecimentos que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos no nível mesmo da existência individual, tal como descrito por Foucault (1999) e por Goffman (1987). O saber que se forma a partir da observação dos indivíduos, da sua classificação, registo, análise e comparação dos comportamentos, caracteriza-se como um saber tecnológico, típico de todas as instituições de sequestro, e que está na base da construção das diversas ciências humanas (Benelli, 2004).

Mas a questão do panóptico vai muito além daquilo que ele representa fisicamente. O panóptico entende-se também pela sensação constante de vigia. O panoptismo corresponde à observação total, é a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Uma sensação de vigilância que muitas vezes substitui a vigilância de facto. Entende-se também que o panoptismo comporta consigo uma tríplice – vigilância, controlo e correção. Parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem na nossa sociedade.

Foucault desenvolveu o conceito de instituição de sequestro, ao falar sobre a vida dos trabalhadores operários numa fábrica, que acaba por se adequar à questão do panóptico (Foucault, Conferência 5, 2005). O autor desenvolveu este conceito fazendo uma analogia ao funcionamento das sociedades de épocas passadas. No caso da sociedade feudal em que o controlo dos indivíduos era feito essencialmente a partir da inserção local, do facto de pertencerem a um determinado lugar. O poder feudal que se exercia sobre os homens na medida em que eles pertenciam a uma determinada terra. A inscrição geográfica local era um meio de exercício de poder, porque se inscrevia sobre os homens por intermédio da sua localização. Já no século XIX, a sociedade moderna adaptou o conceito de controlo de forma distinta – o controlo já não era feito pela pertinência espacial dos indivíduos, mas sim na medida em que tinha a necessidade de que os homens colocassem à sua disposição o seu tempo. Era preciso que o tempo dos homens fosse oferecido ao aparelho de produção – para que este aparelho de produção utilizasse o tempo de vida e o tempo de existência dos homens.

Nesta sociedade industrial, era preciso que os homens colocassem o seu tempo no mercado, oferecido aos que o queriam comprar e comprá-lo em troca de um salário. Por outro lado, o tempo dos homens teria de ser transformado em tempo de trabalho. Funcionava tudo com uma racionalidade, no sentido da produção.

Esta lógica de controlo dos homens, foi sendo transmitida para as instituições de confinamento – como prisões, orfanatos, conventos e casas de correção. No controlo constante das suas vidas e rotinas, e na perspectiva de disciplinar os corpos. Como Foucault retrata, o tempo do operário não era apenas o tempo do seu dia de trabalho, mas o da sua vida inteira que era utilizado pelo aparelho de produção. Essa tecnologia disciplinar visava um minucioso controlo da atividade. Fundamental para esse controlo era a administração do tempo através do estabelecimento do horário, tempo estritamente organizado também a partir dos moldes monásticos, mas então afinados de modo radical: contavam-se os quartos de hora, minutos, segundos. Regularidade, exatidão e aplicação eram características fundamentais do tempo disciplinar.

*“O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder”*, segundo Foucault. *O controlo disciplinar põe o corpo e o gesto em perfeita e absoluta correlação pois “um corpo bem disciplinado é a base do gesto eficiente”* (Foucault, 1999, p.129, 130).

À medida que o corpo se ia tornando alvo de novos mecanismos de poder, oferecia-se também a novas formas de saber: logo, o comportamento e as exigências orgânicas iam lenta e gradualmente substituir uma física algo tosca dos movimentos:

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias de um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade que não só é analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica” (Foucault, 1999, p. 132).

É assim que, sob a forma destas instituições aparentemente de proteção e de segurança, se estabelece um mecanismo pelo qual o tempo inteiro da existência humana é posto à disposição de um mercado de trabalho e das exigências do trabalho. A extração da totalidade do tempo é a função destas instituições de sequestro. Outra função destas instituições é não mais a de controlar o tempo dos indivíduos, mas a de controlar simplesmente os seus corpos. O funcionamento de instituições como casas de correção, prisões, escolas ou hospitais, implica uma disciplina geral da existência que ultrapassa amplamente as suas finalidades aparentemente precisas (Foucault, Conferência 5, 2005). É possível apreender alguns destes efeitos em alguns dos documentos pesquisados, como o livro de castigos e de cartas que foram trocadas entre os Diretores dos Centros Educativos em Portugal.

O valor do trabalho e a sua importância eram trespassados para os menores através das oficinas diárias obrigatórias. A permanência dos menores nestes espaços, era feita como uma

preparação para a vida “lá fora” e para uma vida de trabalho árduo e remunerado. Esta era a ideia de reeducação destes menores, que assentava numa educação rígida e (quase) fria, que não lhes dava espaço para viverem ou verem a vida de outra forma.

A terceira função destas instituições de sequestro consiste na criação de um novo e curioso tipo de poder – o poder económico (Foucault, Conferência 5, 2005). As pessoas que estão na frente destas instituições têm direito de dar ordens e de estabelecer regulamentos, de tomar medidas, de expulsar indivíduos, aceitar outros, etc, acabando por se tornar num poder judicial. A ideia de punir e recompensar também se inscreve nestas instituições. É neste ponto que Foucault aborda a questão da microeconomia baseada no sistema de **gratificação-sanção** (Benelli, 2004). É a qualificação dos comportamentos e desempenhos como bons ou maus, positivos ou negativos, que passam a ser mensuráveis por notas ou pontos, quantificados e contabilizados. O passo seguinte, é a integração dessa microeconomia penal perpétua no saber, no conhecimento dos indivíduos: as notas indicam a natureza dos indivíduos bons e maus, os alunos “fortes” ou “fracos”, num processo de diferenciação individualizante. O comportamento geral do indivíduo é sempre tomado como indicador de patologia ou de convalescença (Benelli, 2004).

Neste sentido, nasce também um saber tecnológico, próprio destas instituições de sequestro, daí eu pensar não só os seus efeitos repressivos, mas também na produção de efeitos, uma positividade – um saber de observação, um saber de certa forma clínico, do tipo da psiquiatria, da psicologia, criminologia, etc. É assim que os indivíduos sobre os quais se exerce o poder ou são aquilo a partir de que se vai extrair o saber que eles próprios formaram e que será transcrito e acumulado segundo novas normas, ou são objetos de um saber que permitirá também novas formas de controlo. Através desta dicotomia é possível perceber quais as práticas institucionais que foram aplicadas aos menores e o Livro de Castigos<sup>10</sup> é crucial para as compreender.

No grande panoptismo social cuja função é precisamente a transformação da vida dos homens em força produtiva, a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente económica, penal ou corretiva. A prisão é a imagem da sociedade e a imagem invertida da sociedade, imagem transformada em ameaça (Foucault, Conferência 5, 2005). Neste caso, a prisão é convertida nos Centros Educativos e Reformatórios, isto é, no grande panoptismo social, cuja função é precisamente a transformação da vida dos

---

<sup>10</sup> Livro cedido gentilmente pela Professora Viviane Borges através do Arquivo Histórico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

menores em força produtiva, quando atingirem a maioridade e puderem ingressar no mercado de trabalho, aplicando os conhecimentos e ensinamentos que lhes foram transmitidos pelos seus Tutores<sup>11</sup>.

### **5.1. A Génese Arquitetónica dos espaços de confinamento de menores**

É conhecido que só tardiamente o Estado português, através de programas arquitetónicos específicos e de planos de obras à escala nacional, desencadeados entre 1930 e 1950, consegue efetivamente dotar as instituições judiciárias e prisionais de instalações construídas de raiz, adequadas às suas funções e programas. A criação de uma rede de estabelecimentos judiciais de internamento para menores, esboçada a partir da segunda metade do século XIX e concluída em 1932, foi essencial para a proposta panóptica ser associada aos reformatórios da época.

A formação desta rede responde a uma organização institucional inteiramente nova e representa a emergência e a construção, a partir das alterações introduzidas no sistema jurídico-penal generalista de Oitocentos, de uma administração da justiça concebida para menores, concretizada nas primeiras décadas do século XX com a adoção de uma jurisdição especializada e de instituições igualmente exclusivas (Bandeira, 2009).

As estruturas físicas para instalação dos estabelecimentos de internamento para menores resultaram de readaptações de edifícios concebidos para outras funções (conventos, palácios, residências aristocratas, colégios religiosos), com datas de construção inicial recuadas e que chegaram ao património do Estado por via de extinção das ordens religiosas, decretada pelo Liberalismo (1834), e das congregações religiosas e das ordens monásticas, promulgada na I República (1910), aos quais se somam os provenientes da lei de separação de bens do Estado da Igreja (1911), igualmente saída do regime republicano. Neste caso, estas readaptações de edifícios de cariz religioso, são fruto do reaproveitamento do Convento de Santa Clara para a criação do Centro Educativo de Santa Clara em Vila do Conde.

Mais do que a arquitetura destes lugares ser de génese religiosa, o seu modo de funcionamento também se prende muito com esta questão do catolicismo tão presente e enraizado na sociedade portuguesa da época.

---

<sup>11</sup> Entende-se por Tutores os responsáveis por cuidarem dos menores nos Centros Educativos. Adquirem o papel de professores e cuidadores dos jovens, sendo responsáveis por lhes darem educação e as oficinas que ficam a seu cargo.

Só com a campanha de obras promovida pelo Estado Novo, na década de 1950, as instalações primevas do sistema conhecem ampliações com construção de raiz, umas mais limitadas ou outras mais extensivas, mas dentro dos limites das propriedades iniciais.

As adaptações realizadas nos centros educativos – criados pela Lei Tutelar Educativa, de molde a corresponderem ao novo modelo de intervenção da justiça junto de menores resultante desta reforma legislativa, em vigor desde 2001 – revelaram que a continuidade de utilização de instalações com um passivo histórico sedimentado, produto de várias transformações, estava condicionada por fator de complexa superação. O encerramento, com a conseqüente desafetação da Reinserção Social, de uma parte significativa destes estabelecimentos (seis) constituiu a solução ponderada, em 2006, pelo Ministério da Justiça no âmbito do Programa de Modernização do Sistema Judicial (Bandeira, 2009).

Nos primeiros meses do ano de 2008, desativou-se o último destes complexos, justamente um dos mais emblemáticos de toda a rede: a antiga Escola Agrícola de Reforma de Vila Fernando. Foi a segunda instituição correcional a ser fundada em Portugal e era a mais antiga estrutura em funcionamento ininterrupto no sistema (1895-2008).

Filomena Bandeira (2009), ao analisar a arquitetura dos edifícios dos centros educativos, refere que a maioria dos edifícios públicos, independentemente da avaliação de padrões estéticos e funcionais, marca a paisagem urbana e rural. Muitos deles têm uma ocupação longa e encerram uma memória, de conteúdo simbólico e agregador para as instituições que desenvolvem trabalho naqueles edifícios e para as comunidades locais que estabelecem relações económicas, sociais e culturais de forte impacto com aquelas instituições. As características das instalações de internamento para menores, envolvendo grandes complexos arquitetónicos e uma população numerosa, são um bom exemplo da situação descrita.

Entender como se instituiu a rede de internatos obrigou a reconstituir a política do Estado no âmbito da justiça de menores, identificando, em particular para cada período histórico que cadencia a sua evolução, o tipo de instituições e as necessidades organizacionais do sistema a par das iniciativas tomadas para providenciar instalações adequadas à reeducação de crianças e jovens. O problema principal destes edifícios era precisamente a sua arquitetura. A necessidade de uma intervenção profunda na estrutura dos estabelecimentos, fez com que muitos deles necessitassem de novas estruturas feitas de raiz

– com novas salas para oficinas, novas canalizações e redes elétricas – que comprometiam a intervenção educativa que era feita nestes centros.

Estudar os complexos arquitetónicos impeliu o levantamento de programas e regulamentos, baseados em enunciados científicos sobre a reeducação em internato e a vida em comunidade e respetivas relações com o espaço construído, de modo a ser possível apurar como se concretizaram os preceitos discursivos sobre a organização dos espaços com a prática de utilização efetiva dos mesmos espaços (Bandeira, 2009).

Referenciando o conceito de *instituição total* de Erving Goffman, foi elaborado no âmbito da sua investigação centrada no mundo do internado e nos efeitos da institucionalização na estruturação do “eu”. Segundo Goffman, as instituições totais diferenciam-se das demais instituições sociais pelo facto de, num local fisicamente delimitado e fechado ao exterior, uma comunidade de pessoas em situação semelhante, separada (...) *da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, lev(ar) uma vida fechada e formalmente administrada (...)* aí, residindo, trabalhando e recreando-se (Goffman, 2003).

## **5.2. O Corpo e a Alma como instrumento de punição**

O corpo dos internados ou reclusos era visto como um meio de punição pelos delitos ou crimes que cometeram, no sentido de os reeducar. O corpo encontrava-se em posição de instrumento ou intermediário. Qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visava privar o indivíduo da sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e um bem. Segundo esta penalidade, o corpo era colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e interdições.

Apesar da punição física ter sido abolida em princípios do século XIX, importa referir que o poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir até meados do mesmo século. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. A pena apenas deixou de se centralizar no suplício como técnica de sofrimento tomando como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, os castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo, como a redução alimentar, privação sexual, expiação física e masmorras, etc.

No entanto, os castigos, conforme veremos, persistiram até ao século XX. Através do livro de castigos ao qual tive acesso, é possível comprovar que as punições e repreensões continuavam presentes no modo de educar ou neste caso, reeducar.

Apesar das leis se terem modificado e adaptado à evolução dos tempos, não podemos esquecer aqueles que sofreram a punição nos seus próprios corpos, através de torturas desumanas. Só a partir do século XIX, oficialmente – repito, oficialmente – quando foi abolida a punição através do corpo e se passou a recorrer à punição da alma, é que o quadro jurídico destas pessoas se foi assemelhando ao de um cidadão, que apesar de terem cometido delitos e crimes, continuavam a ter acesso a direitos que fazem deles pessoas humanas.

O corpo é encarado como sede de necessidades e de apetites e um lugar onde ocorrem processos fisiológicos e metabolismos e que podem ser alvos de ataques microbianos ou de vírus. Neste sentido, é possível compreender que os processos históricos estão implicados no que se pode considerar a base puramente biológica da existência.

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político – as relações de poder têm um alcance imediato sobre ele. Este investimento político no corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização económica. O corpo era visto como uma força de produção e força de trabalho, porque estava preso num sistema de dominação, onde só se tornaria numa força útil, porque era submisso e controlado por um sistema – tecnologia política do corpo, como Foucault a apelidou.

No caso concreto do meu objeto de estudo, irei demonstrar como a conjuntura política vivida em Portugal entre os anos 30 e 40, moldou a vida dos internados nos reformatórios e ditou que estas instituições se regessem através de normas conservadoras e estritamente ligadas ao culto da religião católica. Interessa falar em política, porque se tratou de uma época única, em Portugal, a todos os níveis. Foi uma reconversão nos ideais democráticos que ditou o fim das liberdades dos cidadãos e que retirou a oportunidade de viver a grande parte da população. Claro que esta mudança radical se refletiu também no modo de funcionamento dos centros educativos, começando com a aliança entre o Estado e a Igreja Católica, como veremos a seguir.

## 6. Conjuntura Política em Portugal nas décadas de 1930 e 1940

Apetece morrer, mas ninguém morre.  
Apetece matar, mas ninguém mata.  
Um fantasma percorre  
Os motins onde a alma se arrebatava.

Oh! Maldição do tempo em que vivemos  
Sepultura de grades cinzeladas  
Que deixam ver a vida que não temos  
E as angústias paradas!

Miguel Torga

Essencial para perceber em que contexto se edificaram os reformatórios, no período das décadas em estudo, é perceber a conjuntura política em que se inseria Portugal na época. Estas duas décadas andaram de mãos dadas com o Estado Novo, um regime ditatorial representado por António de Oliveira Salazar.

O Estado Novo, edificado meticolosa e seguramente nos anos 30 e praticamente concluído, nos conceitos norteadores essenciais e duradouros, bem como nas suas realizações práticas, institucionais e políticas, em 1936, supõe, mesmo dado o seu carácter de poder pessoal, ou seja, personalizado na ação dum homem particular, dos seus gostos e inclinações, um ideário próprio, subjacente a toda a arquitetura conceptual, filosófico-jurídica, desde o diploma constitucional até às diversas palavras-de-ordem bradadas dos sequazes entusiastas ou aplicadas por burocratas rituais.

Um estudo feito pelos autores do Volume XV do livro sobre a História de Portugal (Afonso, et al.) vem demonstrar que a nossa Ditadura, a mais longa da nossa história e a mais tenazmente mantida contraventos, marés e mesmo terremotos, viveu em larga medida precisamente desse seu hibridismo ou ecletismo, solidamente ancorada no ventre mole do nosso conservadorismo nacionalista, aproveitando tudo o que anteriormente fora tentado ou esboçado, nas ideias como na prática.

Não querendo aprofundar o lado da história propriamente dito, importa relacionar este período ditatorial com a edificação da Rede de Estabelecimentos de Internamento para menores em Portugal, que veio determinar a separação da lei generalista para uma outra que fosse ao encontro dos direitos da criança e que os assegurasse.

A Lei de Proteção à Infância de 1911 colocou Portugal na vanguarda da proteção de crianças, distinguindo assim a criança, do adulto e o Direito Penal do Direito de Menores. Foi, com este diploma, instituída a primeira Tutoria de Infância, que mais tarde veio dar origem aos atuais Tribunais de Família e Menores e instituídas a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças e os Refúgios. Se em 1911 e 1912, respetivamente, são instituídas as Tutorias em Lisboa e no Porto, o resto do país teve de aguardar pela lei de 1925, que regulamentou a expansão do sistema, concluída apenas no Estado Novo. A lei de Proteção à Infância apenas foi objeto de reforma aquando da publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM), em 1962. De referir ainda a década de 90, como um importante marco na proteção de menores, através da Lei Tutelar Educativa e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. (Candeias & Henriques, 2012)

Na década de 40, criou-se a Organização Nacional de Defesa da Família, remodelaram-se e centralizaram-se os serviços de assistência, concedeu-se o abono de família às famílias mais necessitadas, benefícios materno-infantis e à infância em geral, criou-se o Instituto Maternal para a Infância e constituiu-se o Instituto de Assistência aos Menores, fora da área de Lisboa, já que na capital tal função cabia à Casa Pia de Lisboa (Martins, 2006). A publicação do estatuto judiciário de 1944 alterou a designação de Tutoria da Infância para Tribunal de Menores e em 1977 a Lei N.º / 82/77, introduziu profundas alterações à organização dos Tribunais Judiciais, levando à divisão entre Tribunais de Menores e Tribunais de Família (Tomé, 2010).

### **6.1. A (não) Lição de Salazar**

O governo de Salazar foi pautado pela glorificação da chefia, tendo como filosofia subjacente o primado do Chefe, associado ao paternalismo: “Na escola o chefe é o professor”, “Na igreja o chefe é o padre” e “Na Nação o chefe é o Governo”. Outra ideia era também sublinhada como central: “O pai é o chefe da família” (Escola Portuguesa, nº 164, de 16-XII-1937). A chefia era assim enaltecida como base da vida, tanto académica, como religiosa ou civil, política. O paternalismo cimentava essa chefia.

A “Lição de Salazar” consistia num conjunto de sete quadros didáticos fornecidos pelo Governo, enviados para as delegações escolares para serem distribuídos por todas as escolas primárias. As suas dimensões eram de 1,12 m por 0,78 m. Este conjunto dos sete

quadros tinha um duplo significado – a palavra *lição* no sentido de conteúdo propriamente didático (aquilo que se aprende) e, dum modo mais transcendente, tudo aquilo que constitui o programa, o timbre, o propósito do regime Salazarista, o seu ensino global na Polis, a sua “politeia”.

O propósito da execução destes quadros era o de servirem de suporte à educação das escolas primárias durante muito tempo, nem sobre os diversos artistas que neles colaboraram, e muito menos sobre os seus conteúdos normativos de pedagogia e didática, retenhamos apenas, para efeitos de análise da natureza ideológica e da mentalidade do próprio Salazarismo.

Num dos quadros da “Lição de Salazar” é possível reter uma mensagem forte e caracterizadora do regime naquele que é a mais conhecida ilustração intitulada de “Deus, Pátria, Família / A trilogia da Educação Nacional”, pois neste quadro poderíamos ver – uma espécie de “*mise en abîme*” da mundivisão Salazarista, uma extraordinária sinopse plástica das ideias, do escopo socioeconómico e da mentalidade do próprio regime instituído desde 1928 e consagrado institucionalmente cinco anos depois da entrada de Salazar para o Governo de Vicente de Freitas como “Ditador das Finanças”.

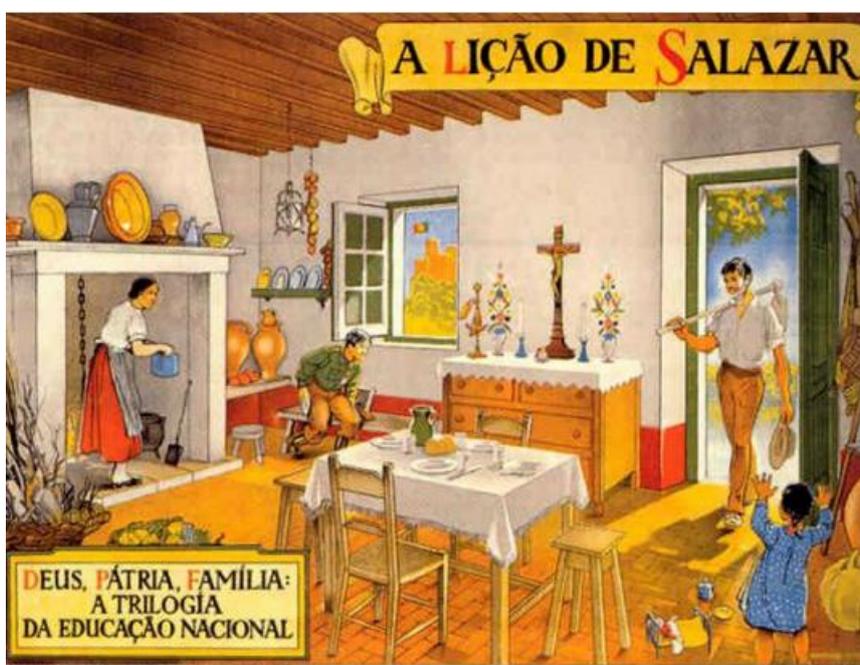


Figura 1 - Série “A Lição de Salazar” – ed. Da Escola Portuguesa, 1938 – “Deus, Pátria, Família” (des. De Martins Barata; HV).

O autor do famoso quadro chamado Martins Barata, executou para a mesma série de quadros, outros três, dedicados às obras do regime, à restauração do património histórico e às Casas do Povo, todos eles baseados no contraste entre o antigamente de miséria, caos e

esqualidez e o presente (ditatorial) de aleado engrandecimento, atividade renovadora e fomento. No caso específico do quadro que mencionei, a ilustração representa na perfeição o essencial da filosofia política, do Paternalismo político, da noção cristã da Chefia e da Obediência que anima o ideário da Ditadura salazarista, a par do seu ideal “utópico” – mais exatamente *ucrónico*, ou seja, fora do tempo, do seu tempo – virado para um mundo dourado impossível em pleno século XX, com a sua “*aurea mediocritas*” de um mundo sem eletricidade nem revolução industrial (Afonso, et al.).

A trilogia de “Deus, Pátria, Família” tem uma lógica clara que vai ao encontro da ideologia do Estado Novo. A ideia de Família e a de Pátria associadas à ideia de Deus representam uma hierarquia espiritual e divina que não se deve destruir. Por isso, a verdadeira igreja cristã é sempre nacional, como ainda hoje a igreja inglesa e outras. Acreditava-se piamente nos seres espirituais, Família, Pátria, Humanidade, as três pessoas de Deus, traduzindo formas de vida superiores à nossa, e às quais, portanto, nos devemos sacrificar, amando, lutando e trabalhando. Adoremos a Família, a Pátria, os verdadeiros Santos do Cristianismo português; e neles, adoremos, por fim, o supremo Ser Espiritual, - Deus... a longínqua e eterna representação do mais sublime anseio da alma, sempre inquieta e sobressaltada na sua tendência cada vez mais pura, para uma Justiça mais justa, para uma Beleza mais bela, para uma Liberdade mais livre, para um Amor cada vez mais amoroso... (Afonso, et al. *apud* Arte de Ser Português, 1978, pp. 104 e 146-147).

É interessante rever estas obras elaboradas nesta época e ter conhecimento de outras obras que foram feitas, que representam precisamente o contrário destas. O rapaz do reformatório de Santa Clara, Pinho, pintou e descreveu a sua vida no centro educativo de Santa Clara de uma forma chocante e arrepiante – que nada tem a ver com a mensagem que o governo de Salazar pretendia passar às famílias da época – aquela ideia de união familiar e respeito por Deus.

## Desenvolvimento

### 7. A Criança enquanto sujeito jurídico

O controlo social da criminalidade infanto-juvenil e a assunção da responsabilidade do Estado de, por meios judiciais, o estender a menores em situações de risco pertencem ao passado recente e inscrevem-se na história das sociedades contemporâneas. Para tal, foi necessário “inventar”, não a delinquência juvenil, mas (...) *l'existence d'un problème de délinquance juvénile(...)*. Quer dizer: (...) *il ne suffit pas que des mineurs commettent des infractions: il faut que se phénomène soit perçu comme spécifique, comme constituant un problème social en soim autonome par rapport à la délinquance en général (...)* (Yvorel, 2005, p. 9).

O reconhecimento deste problema social emerge no século XIX e está na origem da construção paulatina da justiça de menores, assinalada nas primeiras décadas do século XX pela adoção, em vários estados europeus, de uma jurisdição especializada (para menores) que se distingue de generalista (para adultos) e que instaura o designado modelo de proteção judicial à infância, paradigma da intervenção do Estado junto de crianças e jovens em contacto com o crime ou em risco durante quase toda a centúria de Novecentos (Bandeira, 2009).

Este reconhecimento fez com que fosse criada uma nova conceção do estatuto da criança – nomeadamente na forma como se encarava o seu crescimento e se avaliava a sua maturidade. Foram necessárias medidas que sustentassem uma intervenção adequada junto desta população específica e pela elaboração de dispositivos que permitissem agir quer sobre as causas originadoras de comportamentos delinquentes, diminuindo os seus efeitos, quer sobre as crianças e jovens em colisão com a ordem social, tentando reintegrá-los.

Não tendo conhecimento sustentado para aprofundar a área do direito, importa ressaltar que o novo estatuto da criança entrou em conflito com a lei existente na altura, que assenta no pressuposto de que o fenómeno da criminalidade infantil e juvenil radica, maioritariamente, na ausência de condições familiares e sociais apropriadas à formação e desenvolvimento do menor. Todos os demais fundamentos da jurisdição de menores derivam desta equação, tais como: a desresponsabilização penal da criança e a responsabilização da família; a acentuação desta ideia preventiva, alargando-se aos menores em situação de perigo

(órfãos, vítimas de maus tratos ou de negligência parental) a aplicação de medidas judiciais de proteção e estendendo-se às suas famílias medidas de sanção; afirmação da ação educativa sobre a punitiva, criando-se instituições para uma intervenção especializada – **nomeadamente os Centros Educativos e Reformatórios**; o dever do Estado, tendo por instrumento legal a supressão parcial ou total do poder paternal, de tutelar a educação dos menores em substituição da família quando esta decline as suas obrigações, ponha em causa a satisfação dos direitos da criança<sup>12</sup> e/ou não demonstre possuir condições para assistir à recondução social do menor delinquente; por fim, a redefinição do papel do Estado nas funções que lhe cabem na promoção de políticas públicas de cariz social, tendo por finalidade a defesa e o desenvolvimento da sociedade (Bandeira, 2009).

Esta explicação clara e simples dada por Filomena Bandeira, acaba por tornar explícita a necessidade emergente da criação de uma instituição que trabalhasse em prol da reeducação infantil e juvenil, controlada pelo Estado, no sentido que retirar este público da “má vida” ou dos maus tratos e abusos ou por falta de condições sanitárias das suas próprias famílias. Neste sentido, torna-se claro qual o papel fundamental dos centros educativos – a reinserção das crianças e jovens na sociedade, criando-lhes novas oportunidades de refazerem as suas vidas pessoais e educando-as no sentido de lhes dar um novo rumo, que na situação em que se encontravam, não seria de esperar que tivessem futuro enquanto cidadãos.

A população infantojuvenil destinatária das instituições correccionais encontrava-se em diferentes situações jurídicas, geradas pela aplicação do Código Penal. Nas codificações de 1852<sup>13</sup> e 1886<sup>14</sup> - aquelas que vigoraram no período em estudo - , a idade de responsabilidade criminal<sup>15</sup> iniciava-se precocemente. Se até aos 7 anos de idade a irresponsabilidade era total, a partir desta idade um menor ficava sujeito a imputabilidade criminal, limite que subiu para os 10 anos no código de 1886. No entanto, até aos 14 anos –

---

<sup>12</sup> Saliente-se que a Carta dos Direitos da Criança, conhecida pela Declaração de Genebra, foi adotada da V Assembleia da Sociedade das Nações, em 1924. Portugal assinou este primeiro texto jurídico internacional onde se fixam direitos universais da criança. Em diversos centros educativos subsistem ainda as reproduções emolduradas desta declaração tal como se encontrariam, suponho, em alguns espaços das antigas escolas de reforma ou dos reformatórios (Bandeira, 2009).

<sup>13</sup> Código Penal aprovado por Decreto de 10 de dezembro de 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855. Revê o código de 1837.

<sup>14</sup> Reforma do Código Penal realizada em 1884 e publicada em Decreto a 16 de setembro de 1886.

<sup>15</sup> (...) *A responsabilidade criminal consiste na obrigação de [o criminoso] reparar o dano causado na ordem moral da sociedade, cumprindo a pena estabelecida na lei e aplicada por tribunal competente. (...) – artigo 23.º. Cf. Código Penal Português: Nova Publicação Oficial Ordenada por Decreto de 16 de setembro de 1886-7.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1919.*

em ambos os códigos – a não imputação poderia verificar-se caso ficasse provado em tribunal ter o menor procedido sem discernimento. Para maiores de 14 anos, até aos 18, os menores permaneciam sob o regime geral de responsabilidade, sujeitos à aplicação de penas comuns. Todavia, e atendendo à menoridade, tanto as crianças e os jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos para os quais se apurasse atuação delituosa com discernimento, como os menores imputáveis com mais de 14 anos e menos de 18 anos de idade beneficiavam de isenção de algumas penas ou de redução do tempo da pena aplicável (Bandeira, 2009).

Daí a necessidade de fazer uma distinção da criminalidade adulta da criminalidade infanto-juvenil – desde a culpabilização e responsabilização do sujeito até ao local de confinamento apropriados para estes dois setores da população.

## 8. A Génese dos Centros Educativos

(...) os lugares onde a criança é gerada, educada, e onde residem não só as toxinas da hereditariedade que a podem fazer degenerada, mas também as sugestões do meio que a levam a transformar-se numa fera, quando não num tartufo ou num ladrão (...) dos flagelos sociais e morais que a desmoralizam (criança) a degeneram e a reduzem (...) e de a valorizar (...) pela higiene, educação e pelo trabalho (...), reduzindo-lhe ao mínimo os defeitos e as imperfeições.

Pe. António de Oliveira<sup>16</sup>

O excerto citado do Pe. António de Oliveira reflete a necessidade do sistema (e da Igreja) em acolher num espaço de confinamento as crianças que foram deixadas ao abandono ou aquelas que por questões “hereditárias” (segundo ele) se deixaram levar pelo lado menos bom da vida.

Estes centros de confinamento infantojuvenis formaram-se a partir de um discurso humanista de intuítos educativos e numa *praxis* que buscava recursos nas possibilidades enunciadas pelas ciências, da criminologia à pedagogia, sob a preponderância das do psiquismo.

A primeira casa de detenção e correção foi criada em 1871<sup>17</sup>, como cadeia para menores – estabelecimento especial mas integrado no sistema penal e esboçado a partir da organização prisional – e a instituição dos refúgios e das escolas de reforma foi criada no ano de 1911<sup>18</sup> - estabelecimentos de privação de liberdade para menores ao abrigo de uma jurisdição especializada e inseridos num sistema de proteção judicial à infância adotado pela novel República. Só em 1904, decorridos cerca de quarenta anos de intenções legislativas nacionais e quase sete décadas de experiências europeias, Portugal dispõe de um conjunto de estabelecimentos em funcionamento próximo do que se pode considerar uma rede, contando com quatro instituições correcionais para menores, incluindo uma feminina,

---

<sup>16</sup> Figura tutelar do sistema entre 1900 e 1923, pertencendo-lhe a direção os estabelecimentos de internamento, depois dos serviços jurisdicionais de menores, bem como a elaboração de diplomas legislativos e de regulamentos.

<sup>17</sup> Criada por diploma de 15 junho 1871 – Diário do Governo, 19 (Jun.) 1871, nº 135. É instalada no Convento das Religiosas de Santo Agostinho Descalças (ou das Mónicas), recebendo os primeiros menores em outubro de 1871, mas cuja inauguração se efetua com a conclusão das obras no ano seguinte.

<sup>18</sup> Diário do Governo, 14 (Jun.) 1911, nº 137, Ministério da Justiça, [Lei de Proteção à Infância], 27 de maio de 1911.

alternativas à prisão para adultos. A rede é, ainda assim, insuficiente e incompleta, não dispondo de estabelecimentos para receber todos os menores julgados nos tribunais do país.

Também as suas instalações e o seu funcionamento ficaram aquém dos programas que justificam a existência das instituições correccionais (Bandeira, 2009).

Importa salientar que entre 1872 e 1895 apenas esteve ativo um estabelecimento correccional – a Casa de Detenção e Correção de Lisboa – para crianças e jovens condenados, com uma lotação à volta de centena e meia de vagas. Desde a sua inauguração, mais vinte e três anos foram necessários para a justiça portuguesa conseguir dispor, após demorado processo de construção, e sob regulamento provisório<sup>19</sup>, de um segundo estabelecimento, a Escola Agrícola de Reforma de Vila Fernando em Elvas, com capacidade para cem menores e vocacionada para receber vadios e mendigos. A conformação da rede é, portanto, tardia.

Por um lado, apesar da tardia conformação da rede destes estabelecimentos, por outro lado, consagraram-se novas orientações e práticas de acordo com o sistema correccional português. Estas anunciaram a proteção judicial à infância, despedindo-se gradualmente da penalização imposta a menores de idade, vendo-se incrementadas noutra quadro jurídico, apressado pela implantação da República, em 1910.

Um estabelecimento de internamento (entenda-se Centro Educativo) é composto por múltiplos edifícios, de tipologias diversas, implantados segundo uma matriz urbana ou sem uma organização tão evidente, mas sempre com uma lógica de disposição/articulação funcional. Por isso, consideram-se estas instituições como complexos arquitetónicos. Apesar das transformações ocorridas no período em análise, estes estabelecimentos mantêm as mesmas exigências funcionais, ancoradas na necessidade de prover alojamento aos menores e aos funcionários e de garantir instalações apropriadas à educação escolar e profissional, à formação religiosa e cultural, à educação física e desportiva e aos cuidados de saúde.

Estas instituições caracterizam-se pela (...) *rutura das barreiras que comumente separam (...as) três esferas da vida (...):* residência, trabalho e recreação de atividades que, usualmente, se realizam em locais diferentes, onde interagem diversos e distintos participantes e autoridades e onde as tarefas se desenvolvem sem um plano racional geral.<sup>20</sup> Numa instituição total, ao contrário, a vida desenvolve-se no mesmo local e sob uma única

---

<sup>19</sup> Criada em 1880, só conhece inauguração em 1895, abrindo com o Regulamento Geral (provisório) da Escola Agrícola de Vila Fernando, datado de 1 de agosto deste ano – Diário do Governo, 3 (Ago.) 1895, nº 172.

autoridade, com atividades diárias planeadas ao detalhe, ritmadas por uma planificação horária, realizadas na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas e com toda a comunidade submetida às mesmas formas de tratamento e obrigações ditadas por um sistema de regras formais explícitas e por um grupo de funcionários (Goffman, Manicómios, Prisões e Conventos, 2003).

Goffman, sublinhou ainda que a organização das atividades se faz a partir de um plano racional único, desenhado de acordo com as finalidades da instituição. Deste modo, uma instituição total reside no controlo de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas, assente na vigilância, no sentido que todos façam o que foi claramente indicado como exigido e na divisão entre um grupo de internados e uma equipa de supervisão (Goffman, Manicómios, Prisões e Conventos, 2003).

Resumidamente, um Centro Educativo resulta de uma organização complexa e as suas estruturas físicas devem responder às exigências que justificam a institucionalização – um local delimitado por barreiras físicas evidentes, associadas à segurança e à vigilância da comunidade exterior; um conjunto de instalações que deverão prover as necessidades, daqui resultando uma organização espacial diferenciada, quer por atividades quer por grupos de internados; hierarquização subjacente, especialmente consignada, com divisão entre dois mundos – internados/equipa dirigente (Tutores) e de vigilância (Bandeira, 2009).

A acentuação da ideia educativa – (...) *a casa de correção não é uma cadeia (...)*, é (...) *um estabelecimento de educação (...)*<sup>21</sup> (Comissão, 4 de fevereiro 1988), a modificação da legislação penal (detenção suplementar, liberdade condicional e inibição do poder paternal), a diferenciação dos estabelecimentos correcionais, assente em critérios de formação profissional (manufatureira e agrícola) e não na situação jurídica dos menores (condenados, vadios ou mendigos), e uma avaliação do estabelecimento (comissões de proteção) constituem os fundamentos do estudo e do projeto de lei apresentado pela comissão.

Previam-se a criação de três casas de correção, uma em cada distrito judicial (Lisboa, Porto e Ponta Delgada), e de uma colónia agrícola, nos arredores de Lisboa, a título de experiência. Os dois tipos de estabelecimentos recebiam todas as categorias de menores e o programa educativo era semelhante: aprendizagem de uma profissão, para o menor prover

---

<sup>21</sup>Relatório da comissão apresentada no parlamento e reproduzido no Diário da Câmara dos Deputados, sessão nº. 4, 4 (Fev.) 1888.

ao seu sustento, apoiada na instrução literária básica – ler, escrever e contar –, na educação moral e musical e na preparação física (exercícios militares e ginástica). **A educação escolar resumia-se a um grau básico por se achar que uma escolarização secundária iria prejudicar o tempo dedicado à formação profissional, verdadeiro fim das instituições correcionais no combate à criminalidade, como também favorecer, face a aspirações criadas, (...) o número de descontentes da sua posição social (...), os (...) inimigos da ordem pública (...) ou os (...) espíritos inquietos e reformadores sociais (...)** (Comissão, 4 de fevereiro 1988).

É no seguimento das afirmações proferidas no Diário da Câmara dos Deputados, em 1888, que pretendo demonstrar o caráter frio e a forma (quase) mecânica como os jovens menores eram encarados pelo sistema penal da época. A ideia de que não lhes podia ser dada mais educação e em que o único objetivo era corrigir os males que os tinham levado até à instituição.

Para tal, é importante perceber como estes centros funcionavam de uma forma geral, obedecendo a regulamentos previamente feitos e adaptados a cada instituição. Ora vejamos:

O objetivo fundamental destas instituições eram a reabilitação social da criança ou do jovem, podendo exigir a privação da liberdade se, em meio natural, não fosse possível corrigir ou reparar a inadaptação que se encontrava na origem do comportamento infrator. O internamento constituía a medida mais gravosa, privilegiando-se, sempre que possível, intervenções em meio familiar e/ou social (colocação em família adotiva, liberdade vigiada, entre outras medidas não privativas de liberdade). Os menores carecidos de proteção, por se encontrarem em situação de risco, beneficiavam de um processo e medidas idênticas às descritas para os delinquentes. No entanto, em caso de internamento, recorriam a instituições sociais e não judiciais (Bandeira, 2009).

No caso da análise dos processos dos menores e para se perceber em que casos se devia ou não intervir, que era feito de forma distinta dos tribunais comuns, onde a sentença judicial era feita sobre relatórios prévios de observação médico-psico-pedagógica e social, realizados em instituições próprias e por pessoal especializado.

No caso da existência de crime ou delinquência por parte da criança ou jovem, não implicava que fossem tomadas medidas, como no direito comum, a medidas de correção (“sanção”). No direito de menores, o juiz pronunciava-se no interesse da criança e avaliava,

a partir dos relatórios, as suas necessidades educativas e definia qual a melhor situação para a sua recondução social.

No que concerne à intervenção educativa, prendia-se com a situação do menor, e neste sentido, era avaliada pelo juiz – cabia ao magistrado, sob proposta do técnico, em liberdade vigiada, e do diretor – sob parecer do conselho técnico –, em internato, determinar o fim das medidas tomadas relativamente ao menor. Nos casos mais graves de desadaptação e indisciplina, ou por inexistência de condições em meio familiar, a intervenção educativa poderia concluir-se apenas quando o jovem atingisse a maioridade (Bandeira, 2009).

De ressaltar, que o Estado tinha uma intervenção crucial nestas instituições e que a família dos menores pouco ou nada participava na vida do internado no sentido da sua reintegração social e na salvaguarda dos seus direitos, também sujeito de deveres e de responsabilidades.

No que diz respeito ao conjunto dos centros de confinamento, dá-se o nome de *rede*. Toma-se por rede de estabelecimentos de internamento o parque edificado à escala nacional, de acordo com a organização judicial do país e com uma tipologia de internamentos assente em critérios de localização (urbana ou rural), de género (masculino ou feminino), de função (observação ou reeducação), de lotação (número de internados), de programa educativo (agrícola ou industrial) e de orientação disciplinar (classificação jurídica do menor e regime de internamento). Apesar das variações ocorridas ao longo do tempo, todos estes critérios se mantêm operativos para a análise da rede entre 1871 e 1978, com exceção do disciplinar, inexistente a partir de 1962, quando pela legislação aprovada neste ano os internatos – excluindo os de observação – se unificam sob a designação de institutos de reeducação<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Cf. Reforma dos Serviços Tutelares de Menores, Decreto-Lei n.º 44287, 20 (Abr.) 1962 (Único – Ideias Gerais) e Organização Tutelar de Menores, Decreto-Lei n.º 44288, 20 (Abr.) 1962 (Art. 146º-147º), Serviços Tutelares de Menores. Lisboa: Imprensa Nacional, 1969.

## 9. Centro Educativo de Santa Clara - um lugar com história...

“O que eu desejo fazer é esta obra meritória: o aproveitamento de um convento arruinado, que pertença ao Estado e que este tenha desaproveitado para o converter de uma inutilidade numa coisa prestimosa e útil à sociedade.” (Henriques, 1902)<sup>23</sup>

É com a intervenção do Ministro da Justiça, Campos Henriques em Diário da Câmara dos Deputados, que dou início a este capítulo.

Segundo uma investigação da Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) sobre a Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal durante o Século XX: Arquitetura Judicial e Prisional, realizou-se um trabalho no âmbito do Sistema de Informação para o Património (SIPA), que se centrou na ocupação do Convento de Santa Clara de Vila do Conde nos séculos XX e XIX. Através da documentação à qual tive acesso na visita à Biblioteca da DGRSP em Lisboa, tive conhecimento deste trabalho e pude consultar os registos da génese do Convento de Santa Clara e dos projetos de requalificação que sofreu até se tornar num Centro Educativo nos dias de hoje.

Filomena Bandeira e Sofia Diniz (2005), fizeram parte deste trabalho e deram a conhecer as evoluções que o edifício em Vila do Conde foi sofrendo ao longo do tempo e contam um pouco da sua história.

Importa salientar que o Convento de Santa Clara teve uma fundação medieval e teve um impacto urbano importante na cidade, sendo um vestígio material, de relevância económica, social e cultural durante seis séculos. No que concerne ao nível arquitetónico do edifício, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais fez uma intervenção no Convento de Santa Clara, que foi concluída na década de 40 do século XX e veio anular irreversivelmente as características tipológicas de um instituto religioso feminino de clausura.

A DGEMN era a instituição responsável pela instalação de serviços públicos, uma vez que lhe cabia, desde 1929<sup>24</sup>, a direção, execução e fiscalização das tarefas necessárias à

---

<sup>23</sup> Intervenção do Ministro da Justiça durante a discussão e aprovação da proposta de Lei para a criação da Casa de Detenção e Correção do Porto.

<sup>24</sup> A DGEMN foi criada pelo Dec. n.º 16 791, de 30 de abril de 1929, diploma esse que lhe confere competência para realizar obras em monumentos e edifícios, unificando serviços antes dispersos por vários organismos. Até à década de 70 do século XX, manteve esta função centralizadora, momento a partir do qual a sua ação começou a ser partilhada com outros organismos do Estado.

adaptação, construção e manutenção destes edifícios, competência que mantinha a par das intervenções destinadas a conservar e a salvaguardar os monumentos nacionais.

O atual Centro Educativo de Santa Clara, instituição herdeira da primitiva Casa de Detenção e Correção do Porto, integra a rede nacional de estabelecimentos de internamento para menores do Ministério da Justiça, encontrando-se sob a dependência do Instituto de Reinserção Social.

Fazendo uma introspeção e passando pela altura da sua fundação enquanto instituição religiosa, este convento de clarissas foi criado no século XIV e foi implantado em terras de D. Teresa Martins, tendo sido construído por iniciativa do seu marido, D. Afonso Sanches, bastardo do rei D. Dinis. A sua fundação tinha como objetivo inicial acolher jovens raparigas nobres e de pouca fortuna, mas que acabavam por ali encontrar refúgio senhoras da mais alta nobreza, em parte por razões associadas à condição social dos principais patrocinadores do convento, membros das grandes casas titulares do reino.

Este convento foi um centro de poder na região, que a sua fundação régia lhe conferia. Tal como grande parte das estruturas conventuais similares, cujos edifícios chegaram ao século XVII e XVIII a necessitarem de obras de renovação, o convento de Santa Clara não foi exceção. O aumento do número de internas também desempenhou um papel relevante, pela maior pressão exercida nas estruturas existentes. As abadessas tentaram motivar patrocinadores para construção de um novo dormitório, mais digno e capaz de albergar, com comodidade, as religiosas ali residentes.

Em 1902 o Ministério da Justiça recebe ordens para instalar uma casa de correção naquele edifício. Acontece que as estruturas do convento estavam demasiado envelhecidas e o projeto de requalificação do edifício teria de ser feito na totalidade. De ressaltar que a estrutura interna e as cercas envolventes dependiam de estruturas conventuais.

### **9.1. A extinção do Convento de Santa de Clara...**

A cedência do edifício ocorre dentro do processo de extinção das ordens religiosas desencadeado pelo Liberalismo, com a publicação do decreto de 30 de maio de 1834. A anuência que pendeu sobre os institutos religiosos femininos de vida consagrada que poderiam continuar a existir até ao desaparecimento da última freia, assegurando-lhes o

Estado habitação e rendimentos, prolongou a vida intramuros a algumas destas comunidades até ao fim do século XIX. Assim sendo, o processo de extinção das ordens religiosas, começado pelas masculinas logo em 1834, com a supressão das suas casas e concomitante destino a ser dado aos vens incorporados na Fazenda Nacional – por venda em hasta pública ou cedência para uso de serviços públicos – conclui-se sobre as ordens femininas mais tardiamente.

Exemplo disso é o caso de Santa Clara – como é desocupado apenas em 1893, ano em que morre a última freira e o Estado toma plena posse dos bens do convento, as estruturas recebidas não apresentam alterações das funções. Também não tinham sofrido ocupações intermédias, mas haviam conhecido o desgaste do tempo. Quando o Convento foi entregue ao Estado, o edifício encontrava-se muito degradado.

Só a 17 de outubro de 1903, assinado pelo condutor de obras de 2ª classe da Direção das Obras Públicas do Norte, Estêvão Eduardo Augusto Parada e Silva Leitão, se apresenta o projeto de adaptação do convento a casa de correção. O parecer desfavorável do Conselho Superior das Obras Públicas e Minas, emitido tardiamente a 23 de fevereiro de 1905, obriga a reformulações várias, novamente exigidas por um segundo parecer datado de 13 de fevereiro de 1908. As dificuldades para aprovação da reformulação do edifício tinham sido identificadas na altura: os edifícios eram antigos, as condições higiénicas eram precárias e para se realizarem obras seria necessário demolir paredes divisórias. Neste sentido, iniciado em 1903, o processo ficou em suspenso durante anos, dada a dificuldade de aprovação de um projeto de requalificação que desse uma nova vida ao Convento de Santa Clara.

No projeto final constava a planta que tentou cumprir com as exigências do programa, mantendo a unidade do conjunto, não por valorização arquitetónica do antigo convento, mas por economia de aproveitamento das suas estruturas e espaços. A característica da construção do claustro, fechada e isolada do exterior, era assim explorada por oportunidade e não por racionalidade. Quanto aos espaços interiores, a necessidade obrigava a uma reformulação quase total, pouco mais se aproveitando que o antigo refeitório, este sim dimensionado à escala da população do estabelecimento.

No que diz respeito à designação do novo convento e com novas funcionalidades, também havia que seguir leis específicas. Com a criação do tribunal de menores, em 1911, os internatos do Ministério da Justiça receberam outra organização e também outras designações – assim sendo, até à data chamava-se Casa de Detenção e Correção que passou

a designar-se de Escola Industrial de Reforma e mais tarde, em 1925, adquiriu a designação de Reformatório de Vila do Conde.

## **9.2. ... o novo Reformatório de Santa Clara...**

Com o término das obras reformuladoras que deram nome ao Reformatório de Santa Clara, este passou a ser a primeira instituição da rede que usufruiu da abertura legislativa que permitia que entidades privadas pudessem administrar estes estabelecimentos<sup>25</sup>. Foi em 1944 que o reformatório recebeu a congregação Salesiana<sup>26</sup>, tendo ficado a seu cargo a administração da instituição, assumindo a designação de Escola Profissional de Santa Clara<sup>27</sup>, a qual deixou apenas em 2004.

Considerado um edifício perfeitamente adequado às suas funções, pouca intervenção voltou a receber. Nos anos 50 foram projetadas novas oficinas, já que as velhas funcionavam ainda no piso térreo da escola e falhavam em todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento. Foram pensadas de forma a possibilitarem aos alunos uma aprendizagem atual profissional, preparando-os para o mercado de trabalho.

Na futura Escola Profissional de Santa Clara, em Vila do Conde, a organização espacial e arquitetónica ainda se encontrava muito aquém da modernidade e de outras escolas profissionais na altura entregues aos salesianos. Os restantes estabelecimentos estavam a ser alvo de obras de reestruturação e contemplavam já, por exemplo, quartos individuais, ao contrário de Santa Clara, que mantinha ainda as clássicas camaratas. Isto reflete uma subjetividade inerente aos restantes edifícios tutelares de menores que receberam também a administração de congregações religiosas.

Assim ficava marcado o fim progressivo do ensino de um ofício, passando para uma formação industrializada, em que se abandonava o ensino de alfaiate, para o de serralheiro

---

<sup>25</sup> Cf. Decreto-lei nº 33.262, DG. 256, 24 novembro 1943.

<sup>26</sup> Congregação Salesiana ou salesianos é uma Congregação religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana fundada em 1859 por Dom Bosco e aprovada em 1874 pelo Papa Pio IX. O seu nome oficial é Sociedade de São Francisco de Sales, em homenagem a Francisco de Sales.

<sup>27</sup> A mudança da designação esteve relacionada com o espírito que guiava toda a atividade dos salesianos, uma vez que os estabelecimentos que dirigiam assumiam a designação de escolas profissionais ou oficinas. Por outro lado, adotavam esta designação para retirar a carga negativa associada aos reformatórios na altura. No sentido de dar uma nova oportunidade de vida aos jovens quando saíssem das instituições, seria positivo para as suas vidas, não terem de suportar o peso de terem frequentado um “reformatório”.

civil, mecânica auto e trabalhos de tipografia como composição, impressão e encadernação, por exemplo.

As oficinas modernas foram construídas em terreno contíguo, na antiga cerca do convento, e demoraram mais de duas décadas a entrarem em funcionamento, o que colocou depois alguns problemas relativamente à pertinência das atividades escolhidas, uma vez que algumas delas já tinham perdido a sua importância enquanto formação qualificada para a indústria.

Isto remete-nos para outra questão arquitetónica do edifício – aquilo que outrora tinha sido pensado e perfeitamente adequado aos seus objetivos, é colocado, à entrada do século XIX, perante novos desafios. A aplicação da Lei Tutelar Educativa introduziu profundas alterações no funcionamento destes estabelecimentos, o que implicou a sua reorganização. Um novo centro educativo foi projetado ainda para a administração salesiana, ao lado do existente, aproveitando os antigos pavilhões oficinais.

Todas as reformulações que o edifício foi sofrendo ao longo dos anos e os entraves respetivos a cada intervenção, remetem-nos para uma dicotomia entre a Igreja Católica, portadora destes edifícios por largos anos e, por outro lado, a evolução contínua do sistema educacional com novas leis que foram promovendo essa mesma evolução, no sentido de reeducar jovens menores delinquentes e indisciplinados.

Esta transformação, que resultou de um avultado investimento público, foi tendo em conta as necessidades da instituição, mas foi tardiamente efetuada, tendo-se a intervenção revestido de um carácter de urgência, acoplado ao compromisso possível entre as condicionantes das estruturas preexistentes e as necessidades da instituição.

São assim pouco mais de cem anos de história, assinalados na sua génese e no seu desfecho por uma situação comum – a anunciada desocupação de uma estrutura pública edificada de valor arquitetónico e patrimonial e a conseqüente decisão a tomar sobre a sua reutilização, ontem como hoje, necessariamente para outras funções.

### **9.3. (Re)viver as memórias do Reformatório...**

É certo que não tendo vivido a infância e juventude nos anos 30 e 40, pouco se pode afirmar sobre as vivências dos menores dentro dos reformatórios da época. O que auxilia e

ajuda a compreender os modos de vida, regras e regulamentos, são precisamente, documentos como os que consultei na Biblioteca da DGRSP. Não tenciono tomar estes documentos como verdades absolutas, mas problematizar a partir deles a vida das crianças enviadas para os institutos de menores. Trago aqui alguns aspetos de uma história que merece ainda ser explorada, ainda mais tendo em conta a riqueza dos arquivos a respeito do tema tanto na Biblioteca da DGRSP como no Arquivo da DGRSP.

Falo de documentos históricos que contam histórias pessoais e coletivas, de pessoas que viveram dentro de quatro paredes privadas de liberdade, que cresceram com muros tanto físicos como psíquicos. O “*(Re)viver as memórias do Reformatório...*”, pretende revelar, procurando sempre pela verdade e descrição dos factos, contar o dia-a-dia dos internados, no Reformatório de Vila do Conde.<sup>28</sup>

A “*Secção com Liberdade de Aprendizagem Externa Vighada*” foi um documento criado e elaborado pela rede de Estabelecimentos de Internato de Justiça, que visava um maior controlo sobre os trinta ou quarenta menores que frequentavam os diversos reformatórios na década de 40. O problema dos reformatórios é que os mestres responsáveis pelas oficinas não conseguiam manter a fiscalização e isso prejudicava o seu desempenho nas disciplinas a ensinar aos internados.

As oficinas que tinham lugar nos reformatórios do país eram – encadernação; tipografia; marcenaria; sapataria e alfaiataria. A encadernação, tipografia e marcenaria eram as oficinas básicas do ensino dos menores. No caso da sapataria e da alfaiataria, tinham interesse económico para os estabelecimentos, porque eram consideradas oficinas com “*baixos fatores de conhecimento, de dádivas de conhecimento, que tornem os internados aptos a ganharem a vida*” (Reformatório de Vila do Conde, 1941).

Isto porque, segundo o que o documento sobre a Secção com Liberdade de Aprendizagem Externa, os internados que lá estavam há cerca de 6 anos, “*quási nada mais fizeram que deitar tombas ou pregar solas; tapar buracos ou deitar remendos das 2 ou 3 centenas de fatos de ganga para uso no trabalho*” (Reformatório de Vila do Conde, 1941).

---

<sup>28</sup> Ao longo deste capítulo pretendo sustentar a informação partilhada baseada em documentos e livros presentes na Biblioteca da DGRSP. Procuo escrever os factos de forma exímia e imparcial, procurando dar apenas a conhecer aquilo que está escrito e fazer uma reflexão crítica sobre os mesmos. Tenho na minha posse os documentos nos quais me baseei e, caso necessário, encontro-me disponível para partilhar.

A preocupação da direção de Vila do Conde era que os

(...) menores destas duas oficinas, ao ser-lhes concedida a liberdade saem, com os da alfaiataria, sem saberem córte, sem terem talhado um único fato, impossibilitados, portanto de por si ganharem a vida, de manterem uma oficina, e somente poderão ser admitidos cá fora, e isto na melhor das hipóteses, como terceiros ou segundos maus oficiais (Reformatório de Vila do Conde, 1941).

Neste sentido, a direção do reformatório, optou por estabelecer contactos com empresas privadas que pudessem assegurar um futuro a estes internados, quando saíssem do estabelecimento. Dito de uma outra forma, as oficinas consideradas desprovidas de cultura e conhecimento, não poderiam perder a credibilidade perante as empresas “lá fora” no sentido de empregar os menores ao saírem em liberdade. Isto traria vantagens para os internados porque,

(...) se familiarizam com a vida real; com as disciplinas das oficinas – obstando-se assim ao choque, até aqui inevitável e penoso, que sofre o menor ao tomar contacto com a vida prática. Assim, a passagem para ela não se sentirá, visto ser a continuação da sua vida anterior e no mesmo meio (Reformatório de Vila do Conde, 1941).

No documento citado, consta também um regulamento que distribui de forma sucinta e clara, os cargos que cada pessoa ocupa dentro do reformatório. Sendo de interesse relevante para este trabalho a parte que compete aos internados e as medidas tomadas relativamente aos mesmos, cabe partilhar o seguinte do regulamento:

(...) – Ao menor que a Direção duma empresa haja dispensado do trabalho, por motivos de mau comportamento ou de qualquer falta, suficientemente justificativa da determinação, poderá ser proposta, à respectiva Tutoria, de harmonia com o disposto no art.º 115 do Decreto de 15 de Maio de 1925, a modificação do seu regime de internato (...).

(...)

(...) Horário das aulas de ensino primário: das 19 às 21 horas:

Nota: semanalmente uma das aulas de ensino primário será substituída por uma aula de educação cívica; que será dada pelo Preceptor. Poderá versar sobre:

- Comportamento e respeito perante os camaradas de trabalho, principalmente para com as do sexo feminino.

- Obediência aos mestres e patrões; atenção a prestar aos seus conselhos, esforçando-se por honrar o Reformatório que os educa e que lhes dá, como prémio, esta liberdade no trabalho.

- O Assistente Religioso dará à sua acção o cunho espiritual que o assunto reclama, combinando com a Direção e Preceptores o relevo a dar a esta modalidade de trabalho que se afigura, quando bem orientada, ser de magníficos resultados práticos para a vida do Reformatório (Reformatório de Vila do Conde, 1941).

O excerto anterior, demonstra na perfeição, o rigor e as exigências que eram feitas aos menores dentro da instituição. O respeito que deviam aos Tutores, era superior a todas as regras existentes. Caso não fossem respeitadas, a punição era o caminho que adotavam para corrigir as “imperfeições” dos menores.

Outro aspeto interessante, é a vulnerabilidade e a fragilidade com que o sexo feminino é encarado perante o próprio Sistema Judicial de Menores. A ideia de que o comportamento e respeito pela mulher deve ser distinto do homem, é o típico comportamento machista que ainda hoje é possível verificar em sociedade. No decorrer do ano de 1941, não seria de esperar outra coisa.

A ideia de “*honrar o reformatório que os educa e que lhes dá, como prémio, esta liberdade no trabalho*” vem associada à ideologia base do Estado Novo – que a força de trabalho está na base da economia nacional e sem trabalho não somos nada. Daí a estreita ligação entre o Estado e os Reformatórios da época.

Quem não sabe ou não quer manter perante os internados uma linha de conduta inflexível; quem não se coíbe de proferir palavras indignas; quem desrespeita os superiores e a disciplina ou provoca escândalos ou intrigas dentro do estabelecimento ou fora dele; quem se entrega a libações alcoólicas; quem desdoura a higiene; quem usa de enfeites garridos e provocantes; quem despreza, maltrata ou não se interessa pela própria família; quem não se inibe de praticas desonestidades – não pode exercer funções dentro destes Serviços. Estes têm de possuir um pessoal moralmente idóneo, zeloso, competente e afeiçoado até ao sacrifício, que se guie pelos princípios informativos do Estado Novo (Serviço da República, Lisboa, 29 outubro de 1940).

Esta é a descrição de como não se deveria comportar um internado, no sentido de reforçar a ideia de respeito e honra à instituição. Era assim que um internado seria facilmente castigado, caso não respeitasse o código de conduta imposto pelo Diretor do Reformatório. Repare-se que, sendo o respeito pela família altamente privilegiado pelo Estado Novo, os menores teriam de ter apreço pela sua – mas pergunto-me eu: como é que alguém, menor de idade, numa fase de crescimento crucial e de formação de ideais e até de personalidade, poderá ter a empatia pedida e exigida pela instituição, se está privado de todas as liberdades necessárias e inerentes à sua infância/juventude? É, decerto, uma questão complexa de abordar, visto que é um assunto com uma enorme subjetividade.

Retiro deste excerto que existia uma ideia pré-concebida dos menores da parte da Direção destas instituições. À partida, os menores, por si só, já eram malcomportados e

encarados pelo Sistema Educacional como desonestos e desprovidos de educação – daí as exigências formuladas para “combater” as más condutas que os levavam a serem punidos das mais variadas formas – acreditando-se que só assim poderiam ser reeducados e preparados para a vida “lá fora”.

Importa também destacar a organização religiosa interna do Reformatório de Vila do Conde, no sentido de perceber como é que a Direção da instituição geria os responsáveis pelos menores e quais os ensinamentos fundamentais. Deste modo, será possível compreender a sua dinâmica interna e verificar a estreita relação com a trilogia Salazarista da época – Deus, Pátria, Família. Já verifiquei anteriormente a importância da família e da honra à pátria através da honra que os menores teriam de prestar à instituição.

Assim sendo, fica citada uma carta escrita pelo Padre Carlos António Vaz, do Reformatório de Vila do Conde.

A Direção Espiritual dirigida pelo Padre Carlos António Vaz, dá a conhecer uma série de tarefas que os menores internados tinham de cumprir, de acordo com a religião católica.

**Missa:** pede-se que, nos dias de preceito, seja antes do pequeno almoço dos internados, como sucede em todas as comunidades, onde a Igreja educa segundo os seus métodos. Nem admira, porquanto Ela vê na frequência dos sacramentos, livre, espontânea, nas melhores disposições, a causa primeira da regeneração das almas de baixa temperatura moral. Por isso, o assistente, atual representante dela e dos seus métodos, nesta casa, pede que o domingo, seja, de facto, o dia das comunhões do maior número possível de internados, como os especialistas da educação religiosa dessa espécie de rapazes: Salesianos, Escolas Cristãs, etc. É evidente que os alunos, já de si tão frios e tão difíceis de render, ao verem-se, como agora, na alternativa de comungar ou almoçar, preferem naturalmente o segundo.

(...)

**Catequese:** ensina-se durante o inverno, às 11 horas de domingo e, no verão, às 19 horas de cada sábado. Os 80 alunos estão, para já, divididos em classes que funcionam simultaneamente, durando a aula apenas meia hora. Não é de louvar a escassa duração e a maneira do funcionamento da aula, mas graves razões levaram a esta resolução. Na verdade, o horário destinado à catequese coincide com o recreio e, se fosse maior a duração ou sucessivo, o ensino, maior seria a reação da parte dos alunos.

O assistente e as senhoras catequistas já têm assistido a gravíssimas perturbações disciplinares, chegando até, em certo dia, a ver os internados aproximarem-se da igreja, onde funcionam as aulas, em atitudes irreverentes e grosseiras, acompanhadas de assobios e gritos como este: - “Não há direito!... Daqui se infere quão grave erro psicológico é tirar os alunos do recreio para os ter, contra o seu gosto e vontade, numa aula que lhes deve ser extremamente simpática. Ali se dão conselhos, ordens, advertências, repreensões, concernentes à vida de todos os dias. De que valerá, porém, todo esse trabalho, se os alunos estão contrafeitos? As senhoras catequistas e o assistente confessam com profunda mágoa que tal horário lhes é – pelo exposto – grandemente prejudicial. Além disso, o assistente carece

de simpatia, elemento absolutamente indispensável para a melhor atuação entre os alunos. A vinda dos recreios, o abandonar passatempos e divertimentos, para a assistência às aulas retira-lhe, em parte, a simpatia de que tanto precisa. Acrescente-se que todas as aulas, salvo ginástica – uma classe – se usa de atitude diversa com a de moral? Pede-se que estas funcionem como as outras, durante a laboração das oficinas e nunca de noite, por causa das senhoras catequistas.

**Atos de culto, reuniões de piedade, de estudo e confissões:** por razões atrás mencionadas e por outras que agora se omitem para tornar menos longa esta exposição, o assistente pede que esses atos de culto, reuniões de piedade, de estudo e confissões, nunca sejam em horas de recreio. É pena que os rapazes vejam no assistente alguém que, em vez de lhes levar conforto e bem-estar, lhes tira hora de distração. Além disso, fere um pouco a sensibilidade do assistente que os Exmo. Diretor, Médico, Professores e até o enfermeiro, possam chamar os rapazes coletivamente e o assistente não...

(...)

**Direção Espiritual:** pede-se uma hora diária para que os alunos procurem, individual e espontaneamente, o seu assistente, para assuntos de direção espiritual. Esta hora nunca será durante o recreio. O assistente no intuito de evitar possíveis abusos, deseja que estas idas ao diretor espiritual sejam devidamente controladas pelo Exmo. Pessoal disciplinar.

**Sala de Direção Espiritual:** foi destinada a fins de direção espiritual uma velha sala do antigo depósito. Demasiado longa, largamente suja, com janelas sem alguns vidros, já não tem mesa nem condições nem bancos próprios, pois, foi, desde aquela data, recreio dos internados. Não sofreu qualquer beneficiação e foi com mágoa que o assistente viu simultaneamente sala de direção espiritual e de recreio. (...) . O ambiente, o asseio e o respeito de que se envolvem as coisas, também falam e têm função educativa. Pede-se que seja dada ao assistente uma sala ou gabinete próprio, digno e exclusivo, junto dos serviços disciplinares, onde possa receber os internados para fins de direção espiritual.

**Verba:** a verba de três mil escudos, com que a Exma<sup>a</sup>. Direção Geral, para fins religiosos, dotou este reformatório, deveria ter, se assim o entendesse a mesma Direção Geral, mais larga aplicação. Nestas circunstancias, além de servir para a aquisição de alfaias, pagamentos e outros objetos, numa igreja que deles ficou pobre, e para o levantamento duma biblioteca moral e religiosa justamente adaptada ao gosto e necessidades dos internados, como, de resto, à pedagogia moderna católica, ela serviria também para compra e aluguer de filmes morais e religiosos.

(...)

**Laboração das oficinas em dias de preceito:** neste reformatória, há o costume de trabalhar nos dias de preceito. Creio ser assim em todas as casas deste género. A laboração religiosa dos alunos que tem de assistir à missa, logo de manhã, para depois trabalhar. Sendo esta casa visitada com frequência por inúmeros excursionistas nacionais e estrangeiros que vem admirar o monumento nacional dele dependente, a igreja, o espetáculo de trabalho que ela oferece é singularmente triste, pois bastantes deles são protestantes. Pede-se que Exma<sup>a</sup>. Direção Geral mande cessar os trabalhos nesses dias, atendendo assim à moral dos alunos (Reformatório de Vila do Conde, 1941).

Como se pode verificar, pelos excertos transcritos, a relação do Reformatório e da Igreja Católica era muito próxima, dadas as atividades propostas no sentido de prestar o culto à catolicidade. A questão que aqui se coloca, é que a religião católica, através da missa, era encarada como “*a causa primeira da regeneração das almas de baixa temperatura moral*” – como se os internados fossem “*almas perdidas*” que a missa iria tentar salvar e trazê-las de volta para a vida em sociedade. Sabe-se que na educação destes menores o mais

importante seria o culto da religião em detrimento das diversas oficinas que os preparariam para a vida adulta. No entanto, pela descrição acima, é possível perceber que o culto da religião católica se sobrepunha a qualquer outra atividade, o que era esperado visto que a instituição era administrada por uma ordem religiosa.

Tudo o que se relacionava com a prestação do culto era considerado como fundamental para a reeducação dos menores e caso houvessem falhas nestas ações descritas anteriormente, eram castigados devidamente pela Direção Espiritual. Tanto que, todas as semanas existia um dia reservado para a prática destas atividades – era o chamado Dia de Preceito – dia considerado “sagrado” dentro da instituição, dedicado unicamente ao culto religioso. Nos excertos transcritos é possível ler-se que o Padre do Reformatório, pedia mais apoio monetário, no sentido de investir ainda mais na educação moral e religiosa dos internados – para investir na *“pedagogia moderna católica, ela (verba) serviria também para compra e aluguer de filmes morais e religiosos* (Reformatório de Vila do Conde, 1941).

## 10. O menino chamado “Pinho” - da Tortura à Arte<sup>29</sup>

O restante capítulo e subcapítulos deste relatório são o culminar da investigação que realizei ao longo do estágio acerca da problemática dos centros educativos. Como já referi anteriormente, a história de Pinho foi-me dada a conhecer pela Professora Viviane e tendo o próprio relatado a sua experiência de como foi viver num centro educativo, a minha intenção foi a de problematizar sociologicamente a sua passagem e história de vida, que acabou por sensibilizar toda a gente que se cruzou com a sua obra. Entenda-se que considere relevante ser este o meu produto final, por se tratar de informação fidedigna que se enquadra no período das décadas que propus analisar. Assim sendo, é uma documentação valiosa que pretende fundamentar que as sanções disciplinares físicas e psicológicas eram uma realidade na época e que ultrapassavam o limite do aceitável dadas as condições míseras que os menores eram alvo dentro das instituições.

Apesar de ter sido a sua experiência individual, é certo que tendo vivido com tantas outras crianças, Pinho acabou por ser a sua “voz”, dando destaque aos momentos mais marcantes que se passaram em Vila do Conde.

É também a partir daqui, que irei aplicar a metodologia de análise de imagem, que se revelou essencial para a análise e compreensão da sua obra.

José Joaquim de Almeida ou Pinho, no mundo artístico, nasceu no ano de 1927 e faleceu em 1993.

Segundo as palavras da sua esposa, Elisabete Ferreira de Almeida, era um rapaz ousado na sua juventude, tendo usado essa ousadia a seu favor quando a conquistou. Sem grandes cerimónias e bastante persistente, é assim que Elisabete se lembra do marido. A sua persistência levou-o a procurar conhecer a sua esposa, mesmo antes de começarem a namorar na altura e isso fez com que Elisabete percebesse que talvez fosse um bom partido para si, mesmo depois de muitas recusas da sua parte.

Casaram-se em 1957 e tiveram dois filhos, tendo falecido o seu primogénito.

Ao nível profissional, trabalhou numa empresa de artes gráficas e publicidade chamada “Onda”, tendo anos mais tarde fundado o seu próprio negócio – o “Atelier Pinho”,

---

<sup>29</sup> Este capítulo foi elaborado com base nas obras de “Pinho” e procura criar uma relação com os seus quadros e a vida dos menores internados nos Reformatórios entre as décadas de 1930 e 1940 e foram retiradas informações acerca da sua vida pessoal, através na entrevista que a Professora Viviane Borges fez à sua esposa e à sua filha no dia 26 de junho de 2019.

até ter falecido. O espaço situava-se dentro da sua própria casa, na zona das caves. Pinho havia determinado que só trabalharia em artes gráficas até aos 50 anos – e assim foi. Depois de ter atingido essa idade dedicou-se exclusivamente à pintura.

Foi uma pessoa importante no mundo das artes, pintor de retratos, paisagem e natureza morta, tendo sido pioneiro na introdução da serigrafia no Porto, através das suas idas à Feira Lisboa na altura. Procurando sempre investir na sua formação e conhecimento na área, o seu atelier sempre funcionou muito bem. Tinha muito trabalho, segundo a sua filha, ao ponto de os horários em casa nunca serem “fixos” e rotineiros (Pinho & Carlos, 2019).

Segundo a sua esposa,

Ele era um pintor nato! Ele nasceu pintor! Aquilo era um vício... ele tinha de pintar, tinha de desenhar. Até tenho no meu quarto um bocado do jornal “Janeiro”, uma das últimas exposições que ele fez lá, que hoje já não existe. Na altura tinha aberto uma galeria na sede no jornal, que alugava a quem quisesse expor os trabalhos (Pinho & Carlos, 2019).

Elisabete não se mostrou muito recetiva a falar da sua obra enquanto o marido frequentou o reformatório de Santa Clara, tendo sido contra na altura em que o Pinho os pintou. Referiu que “na altura ele estava a pintar os quadros no atelier e eu quando lá passava nem olhava e ele reclamava comigo por isso” (Pinho & Carlos, 2019).

A sua filha revelou os motivos pelos quais o menino Pinho, na altura, foi “internado” nesta instituição:

O meu pai era oriundo de uma família muito pobre e com dificuldades. Em 1930, o acesso ao ensino, principalmente na zona onde ele nasceu, não era muito fácil e havia jovens que nem sequer iam para a escola. Por isso, a família do meu pai foi aconselhada de forma a que ele pudesse ter uma educação e seguir um percurso escolar, com a ida dele para uma espécie de colégio interno (Pinho & Carlos, 2019).

A questão que aqui se coloca são os motivos que levaram este jovem a entrar nesta instituição, porque de facto, associa-se sempre o internamento de crianças e jovens a maus comportamentos e não foi o caso. “Naquele tempo não era para jovens delinquentes. Era para jovens com dificuldades, oriundos de famílias com dificuldades... e pronto, foi assim que ele ingressou neste colégio” (Pinho & Carlos, 2019).

Apesar da sua passagem por Santa Clara ter sido passageira e tendo passado por outros colégios à medida que foi crescendo, foi uma passagem que marcou a sua vida tendo dado origem à sua obra.

A professora Viviane no decorrer da entrevista, revela que no Arquivo da DGRSP se falava bastante da obra de Pinho, no sentido de tentarem perceber se os quadros eram memórias da própria experiência na infância ou se eram memórias de alguém, porque eram imagens muito fortes para alguém pintar, sendo memórias de outra pessoa. A sua obra transporta consigo pormenores tão ínfimos que transmite a sensação de que quem os pintou foi quem realmente vivenciou tudo aquilo. E assim se confirmou. A sua esposa e a sua filha confirmaram também que nos quadros em que aparece um menino que tem vários lápis de cor é o próprio José António de Almeida.

Nas palavras da sua filha, entende que os quadros que o pai pintou, foram

(...) uma espécie de exorcismo que ele fez, para fazer as pazes e por outro lado, o denunciar (...) Por isso, as obras do meu pai também tinham o objetivo de denunciar e dar a conhecer mais de perto tudo o que se passou e libertar-se de tudo. Ele falava abertamente comigo sobre isso...” (Pinho & Carlos, 2019).

Quando a sua obra começou a ser reconhecida, houve quem temesse que com a exposição Pinho fosse conhecido como um ex-delinquente ou uma pessoa abandonada e não era o caso. Por isso, a sua filha referiu que

(..) uma criança de seis anos não pode ser má! Não podia ser internada por ser má, porque não o era. Portanto, infelizmente, naquele tempo a forma de aceder a alguma instrução por parte destas famílias, que moravam afastadas dos centros citadinos, eram estes colégios, de forma a terem alguma educação. Infelizmente, debateu-se com muita coisa desagradável e depois, sensível e observador como ele era, incomodou-o muito (Pinho & Carlos, 2019).

### **10.1. “O Destino do Rapaz da Rua”**

O “Rapaz da Rua” – era assim que se autointitulava. Pintor pela paixão devota que tinha à arte. Dedicou grande parte da sua vida ao atelier que tinha na sua própria casa com o apoio da sua esposa.

Pinho não foi uma criança como as outras – cresceu e viveu durante a sua infância no Reformatório de Santa Clara de Vila do Conde entre as décadas de 1930 e 1940. A história

deste menino na altura, retrata, com a devida individualidade, a vida de uma criança a quem a liberdade lhe foi tirada.

A obra em torno desta fase da sua vida, conta com vinte quadros de 1x1m (10 óleos e 10 desenhos a carvão) que relatam como viviam crianças de pouca sorte, dos 6 aos 18 anos. Apesar de ser a sua experiência e a sua história, acaba por retratar os colegas que o acompanharam e assim, dar a conhecer, como era a vida das crianças internadas nestes estabelecimentos.

A Figura 2, mostra Pinho na apresentação da sua exposição, intitulada “O Destino do Rapaz da Rua” ao lado de um dos quadros que pintou. Um homem elegante com um olhar profundo, que já em vida adulta, decidiu regressar à sua infância expondo tanta fragilidade e sinceridade, acima de tudo.



*Figura 2 - "O Destino do Rapaz da Rua"*

A nota introdutória da sua exposição clarifica o porquê de o ter feito e tantos anos depois da sua estadia em Vila do Conde:

(...) é ser vista pelo maior número possível de pessoas, principalmente por aqueles que forem chamados a olhar, guiar e formar os homens de amanhã. Apolítica, sem querer acusar nada, nem ninguém, mas só apelar à humanidade daqueles que trabalham nestas instituições, para que o façam com amor.

Para uma nota introdutória, pode-se reter uma mensagem implícita que o autor quer transmitir a quem vê os quadros – “apelar à humanidade (...) para que o façam com amor.”, repito, “com amor”. Interpreto esta passagem como um “grito” de ajuda, como se tivesse recuado até à sua infância e quisesse que toda a gente soubesse a forma como gostaria de ter sido tratado – *“Estas imagens rolaram dentro de mim durante 50 anos, porque aos 10, aconteceu a primeira percepção do que não estava certo.”*, refere.

*“Os que viveram uma infância dentro de muros, continuam sempre fugindo, sentem-se sós na multidão, quase sempre incompreendidos, pragmáticos, podendo até tornar-se facilmente marginais”* – assim descreve os menores que passam por este tipo de instituições.

Apesar de ter sido uma história passada há cerca de setenta anos atrás, é um período na história considerado um passado recente e é uma realidade que merece ser relançada para “cima da mesa”. Não só pelo peso das sanções aplicadas aos menores, mas também pela forma como estas sanções eram encaradas pelo Estado, Rede de Instituições desde tipo que tinham sido instaladas em Portugal e pela própria justiça.

Olhando para a história e os acontecimentos de forma mais ambígua, podemos até considerar que Pinho foi um em centenas de crianças. No entanto, é preciso ter um ponto de partida para poder analisar o todo. E assim considero o Pinho.

Com influência do *“Expressionismo”*, sem as suas deformações marcantes, e do *“Realismo”*, mas sem exagero de pormenor, as obras retratam os anos que passou por Santa Clara de forma crua e (quase) chocante e acompanhando cada quadro, um texto alusivo à pintura, no sentido de transmitir por palavras, avivando memórias e pormenores explícitos, do que foi parte da sua vida.

A pesquisa a respeito de Pinho ainda está em andamento<sup>30</sup>, mas sabe-se que estes quadros que compõem a exposição sobre os reformatórios estiveram expostos na Casa do Infante no Porto, foi para Braga e para Lisboa. Em Lisboa, foi onde acabou por ficar definitivamente no Instituto da Juventude. Só em 2014 foi transferida para o Arquivo e Núcleo Museológico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que funciona junto ao Equipamento Prisional de Lisboa.

Focar-me-ei nos quadros que considero relevantes para o trabalho – os dos castigos e outras torturas que eram aplicadas aos menores.

---

<sup>30</sup> Conforme colocado, a professora Viviane continua a sua pesquisa sobre o artista.

## 10.2. O dia-a-dia dos menores em Santa Clara<sup>31</sup>

A obra de Pinho conta com inúmeras descrições particularmente relevantes para este trabalho. Como referi anteriormente, vou focar a minha análise em alguns dos quadros que Pinho pintou, por considerar que retratam as sanções quer físicas quer psicológicas que os menores eram alvo.

É importante tornar esta obra de conhecimento público, porque consegue mostrar o lado não-institucional do que era viver num centro educativo nos anos de 1930 e 1940. É importante mostrar a visão de quem lá viveu e é importante também fazer para que estas histórias não se dissolvam no tempo, recorrendo ao conceito da história do tempo presente, ou seja, da necessidade de reavivar as memórias e de as prolongar ao longo da história, para que não se esqueçam as infâncias que foram passadas entre paredes e muros quer físicos quer psíquicos.

Importa fazer uma ressalva sobre a figura que os internados adquirem ao longo de toda a obra de Pinho. Os menores são retratados de forma idêntica em todos os quadros, apresentando um semblante pesado e perturbador – todos eles carecas, dotados de uma magreza extrema e com um uniforme azul, que correspondia à roupa que lhes era dada assim que entravam na instituição. Creio que Pinho optou por se retratar a ele e aos seus colegas de forma idêntica, querendo causar ainda mais impacto a quem vê a sua obra. Assim, quem observa os corpos moribundos e com um aspeto doente, consegue logo perceber que alguma coisa não estava bem e, de facto, não estava. É por isso que a imagem dos internados é tão forte e tão pesada, porque choca e faz refletir acerca dos cuidados e condições a que eles tinham acesso no Reformatório...

Começo por dar a conhecer um quadro que Pinho intitulou de “O Refeitório”. Como o próprio título indica, retrata os momentos de refeição entre os menores no refeitório do reformatório.

---

<sup>31</sup> Capítulo baseado nos quadros que Pinho pintou e que deram origem a uma exposição intitulada de “O Destino do Rapaz da Rua” que retrata grande parte das vivências e memórias da sua infância passada no Reformatório de Santa Clara em Vila do Conde.



*Figura 3 - "O Refeitório" por Pinho*

Neste quadro, todas as figuras nele retratadas, aparentam serenidade. No entanto, há vários problemas que se podem ler. A vigilância que era feita ao longo da sala por homens engravatados (que eram os Prefeitos, entenda-se, Professores) era uma vigilância pronta a castigar. Eram alguns dos menores que assumiam a distribuição da comida para os restantes, mas sempre sob o controlo dos que estavam espalhados pela sala. Pinho refere que a vigilância permanente não é a mesma que é feita nas nossas casas, junto dos filhos.

A expressão de raiva que alguns dos internados apresentam no quadro, tratam-se daqueles que a fome os transforma em pessoas “ranhosas” como refere o autor dos quadros. Eram aqueles que estavam sempre prontos a comer tudo – o deles e os dos outros. Depois, outros internados apresentam uma postura mais passiva e com um olhar vazio, que dá pena. Pinho descreve-os como sendo os que nunca se pronunciavam sobre se a comida era pouca ou não. Os menores que faziam distribuição da comida, muitas das vezes acabavam por colocar apenas um “pouco de água no prato”.

Segundo a descrição que Pinho faz deste quadro

Para os Prefeitos, um internado comer ou não comer não era problema, apenas tinham violentas crises de Autoridade. Quantas vezes o internado não consegue comer, mas ele obriga-o. mesmo que esteja doente, resolveu que ele tinha de comer e obriga-o. Põe-se ao lado dele. Insiste e quando menos se conta aparece a primeira “cachassada” que lhe bate com o nariz no prato. E continua, até que o internado começa com vômitos. Ele grita-lhe “se vomitas comes...” e isso aconteceu muitas vezes. Ser obrigado a comer o vomitado pode parecer impossível. É chocante, mas é verdade.

O lado desumano ao mais alto nível que culmina com o Prefeito a obrigar o internado a comer o próprio vomitado. Uma ação que não se consegue traduzir por palavras, de tão macabra que é. São reveladas as condições altamente precárias em que os menores viviam e a forma como a sua alimentação era encarada pelos responsáveis da instituição. Daí a aparência dos menores moribunda e descuidada. Quem os devia alimentar, era quem lhes tirava a comida e tornava os horários das refeições um autêntico pesadelo.

Outro episódio tem lugar de destaque na obra, como se pode observar na Figura 4, que retrata um tanque de lavagem para os porcos, onde os reclusos procuravam por comida quando a fome apertava.



*Figura 4 - "O Tanque" por Pinho*

Na descrição que acompanha o quadro, relata que havia um plano dos menores para conseguir chegar ao tanque sem que os Prefeitos os vissem. Refere que, no inverno, a operação era mais penosa, porque o frio, o gelo e a pouca roupa que tinham no corpo, tornava tudo mais difícil.

Mesmo esqueléticos, mercê duma alimentação altamente carente, eles eram duros. Secos, pouca roupa, peito e pés desnudos Verão e Inverno, lá iam resistindo. Enfim, a predisposição para aguentar era muita. Precisavam disso mesmo, para tão pouco com que contar. Mas a verdade estava na cara. Quantas vezes, na forma e no exterior, se ouvia – “Coitadinhos, só têm olhos e orelhas! (...)” .

No seguimento no quadro “O Refeitório” em que Pinho refere que a comida era sempre muito pouca, uma das soluções que os menores encontravam para travar a fome, era precisamente a de procurarem comida no tanque. Os três menores que estão representados no quadro, em que um deles está à procura de comida, o outro de vigia para ver se não eram

apanhados e o que está a fumar, representam o desespero que era passar fome e não ter nada que comer. A atitude de ir ao tanque ver se tinha comida que era dada aos porcos, dá pena por tudo aquilo que essa atitude representa. A podridão da forma como era gerido o reformatório é colocada ao de cima por Pinho, que quis dar destaque a estas idas à procura de alimentação. Em vez de brincarem uns com os outros e crescerem de forma simples, acabavam a planear como não passarem tanta fome, depois de dias praticamente sem comer.

Noutro quadro de Pinho, intitulado de “As Urtigas”, que está representado na Figura 5, é um dos mais chocantes, em que é retratado um dos castigos aplicados aos menores que urinavam nas suas camas.



Figura 5 - "As Urtigas" por Pinho

Apelidados de “Mijão” pelos restantes colegas, dada a tamanha humilhação, a vergonha que sentiam já lhes valia bem a condição de serem punidos. De manhã, nos dormitórios, já tinha tocado a alvorada quando um dos seus colegas se levantou, tinha urinado novamente na cama.

Pinho descreveu o rosto do seu colega que está prestes a ser esfregado com urtigas como – “tristeza, medo e olhar longínquo”. Era o ritual das suas manhãs, antes de tomarem o pequeno-almoço, passarem por uma sala chamada “Sala da Música” onde os rapazes que urinavam durante a noite, eram castigados com urtigas que eram esfregadas nas suas partes íntimas. A sala que apelidavam com um nome sublime e discreto, era na verdade uma sala vazia em que estava um Prefeito à espera para os torturar e humilhar. A necessidade de dar um nome a uma sala que era específica para este tipo de ato, era no sentido de não ser revelada logo a sua utilidade aos menores. No entanto, quase todos acabavam por conhecê-la. “Mal físico ou psíquico, não poderia ser tratado com urtigas. O que elas provocavam

*era apenas o medo e o ódio*” – assim escreveu Pinho. Refere ainda que quando anoitecia novamente, estes menores tinham medo de adormecer para não urinarem durante o sono e repetiam-se assim os seus dias...

No quadro pode ver-se um dos internados, de joelhos, a implorar ao Prefeito para que não o fizesse. Ao lado, um banco com uma colher de pau, que era usada caso os menores não cooperassem com o castigo, como se não bastasse... esta humilhação, apenas servia para reduzir os menores a instrumentos, desprovidos de qualquer dignidade e personalidade.

Ainda no seguimento das sanções disciplinares propriamente ditas, o quadro “Os Castigos”, representado da Figura 6, é um quadro que serviu de homenagem a um dos castigadores do reformatório. Pinho sentiu que devia homenagear “O Castro” por ter sido um homem bom com ele e com os seus colegas, porque lhes ensinava o porquê de serem castigados, explicando-lhes quais as atitudes que tinham de ser repreendidas.

Quando os Prefeitos batiam nos menores, muitos deles ainda repostavam e provocavam-no dizendo: *“Não tem mais força? Puxe!”* (...) *“Só assim?”*, isto fazia com que o castigador ficasse mais exaltado com a situação e usasse ainda mais violência. Pinho, refere ainda que *“saber castigar também é uma virtude, e esta, não têm todos os educadores.”* Apesar de ser uma criança quando vivenciou todas estas experiências, mostrou-se sempre ser uma pessoa consciente de tudo o que lhe aconteceu. Daí a sua capacidade de se conseguir distanciar do mal que lhe fizeram e ter conseguido elogiar um dos castigadores do reformatório.



Figura 6 - "O Castigo" por Pinho

Refere ao descrever este quadro, que a “*um castigo seguia-se logo outro. Os castigos sucessivos e quase sempre aos mesmos, fazia com que uma criança que era apenas rebelde, se tornasse numa criança efetivamente má!*”

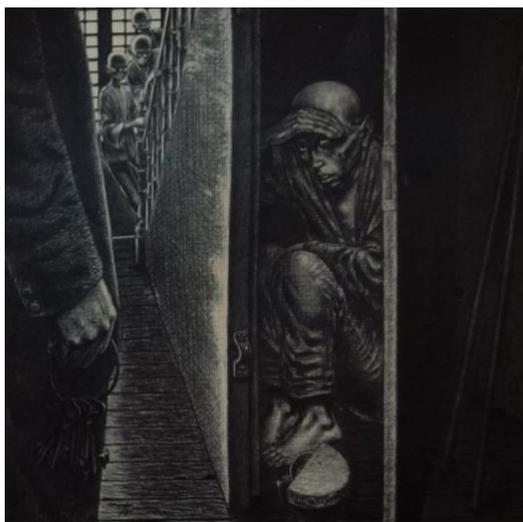
O menor que está a ser castigado no quadro, apresenta uma expressão de raiva, revolta e dor. Os outros restantes atrás de ti, aguardavam a sua vez para serem castigados com a colher de pau. O homem que os está a castigar, é “O Castro” e o que está ao seu lado esquerdo era outro dos castigadores, provavelmente um daqueles que era desprovido de saber educar.

O olhar de todos os menores é carregado de simbolismo, porque representa o momento que é – o de castigar. No olhar deles é possível ver o quão revoltante era levar com a colher de pau. É o olhar de quem queria justiça pela sua própria condição e que se via preso a um sistema de dominação brutal que tinha de se sujeitar a tudo o que lhe era imposto. A punição era algo que fazia parte dos seus dias e que por muito que quisessem não podia fugir.

Alguns deles tentavam fugir. As fugas são também referidas na obra do artista, porque se tratavam de ações perigosas em que os menores arriscavam a própria vida. E faziam-nas nem que fosse só para sentir o prazer da liberdade, independentemente do desfecho da sua ação (que era quase sempre o mesmo – acabavam por ser apanhados a meio da fuga). Muitos deles, planeavam as suas fugas durante meses e guardavam rações de pão, para se precaverem caso passassem muitos dias sem comida.

Uma das coisas que denunciava os menores era o seu aspeto físico. Quando eram avistados já fora do reformatório, com roupa característica de internamento e portadores de uma magreza extrema, havia quem os denunciasse e acabavam sendo apanhados. Quando eram “capturados” eram tratados como bichos autênticos, segundo Pinho. Após esta derrota por parte dos internados, seguiam-se dias bastante duros dentro da instituição castigos que lhes eram aplicados por terem fugido (neste caso, tentado fugir).

Um desses castigos era “*O Quarto Escuro*”, que deu origem a outro quadro, que dá vida a uma tortura sem precedentes que era feita aos menores, como é possível observar na Figura 7.



*Figura 7 - "O Quarto Escuro" por Pinho*

Apesar de raramente funcionar e de ser um castigo aplicado em última instância, como era o caso das tentativas de fuga dos menores, era um sítio velho com baratas e ratazanas e sem qualquer tipo de luz. O único utensílio que fazia parte daquele sítio era um balde para as necessidades. É sabido que para uma criança, estar num quarto escuro e sozinha é sinónimo de medo e de desespero. Pinho interroga-se como é que seria possível alguém deixar uma criança sozinha no escuro.

Este quadro em particular, despertou-me a atenção pela forma como foi retratado. Representa a solidão e o abandono ao dar destaque ao menor que se encontra no quarto escuro enquanto ao fundo do corredor se encontram os outros menores, representando a “liberdade” possível do lado de lá. A figura do Preceptor, que está ao lado do menor, representa a autoridade e o medo. É ele quem vai fechar o menor dentro do quarto e deixá-lo ao frio e na escuridão. Creio que Pinho retratou-o assim, sem se ver na totalidade, precisamente para dar aquela sensação de grandeza, dando destaque à figura do internado.

Parte da descrição de Pinho referente ao quarto escuro:

(...) só pelo facto de existir, era um espinho cravado nas mentes dos internados. Era no vão de uma escada daquele casarão. Sítio velho, frequentado por baratas e ratazanas. Mas funcionou e só por isso o estamos aqui lembrando. Ex-internados devem ter vivido ou vivem ainda com a recordação amarga desse espaço negro, tendo como utensílios, um balde para as suas necessidades. Com a imaginação e o medo duma criança, o que ela poderá ver no escuro!

De destacar o peso que esta sanção disciplinar tinha, que fazia com que os internados só de saberem da existência de um compartimento para estes fins, ficavam assombrados e isso marcava-os para o resto da vida.

Outro aspeto interessante abordado noutra quadro de Pinho é a despersonalização dos menores. Isto é, quando os jovens eram internados e passavam os seus primeiros dias na instituição, pareciam quase invencíveis e capazes de aguentar tudo e todos, mesmo que isso fosse contra a sua vontade. Eram capazes de ridicularizar e de destratar os outros menores. Depois, havia outros que eram sujeitos a maus tratos por parte dos colegas, que sofriam nas suas mãos e acabavam por se tornar bonecos, porque só transportavam consigo o seu próprio corpo, tal não era o que lhe faziam. Alguns deles chegavam a violar estes menores nas matas envolventes e aí, refere Pinho, era quando levavam longe demais o seu ato de despersonalização. Estas vivências traumáticas e em idades cruciais na formação da personalidade deixavam sequelas para a vida – *“Era normal que alguns aparecessem num estado que mais parecia terem caído dum prédio de 10 andares. A verdade é que ele foi transformado num farrapo! Não comia, não dormia, fazia pena! Era um despersonalizado!”* – assim termina o relato de Pinho.

Os dias de visita também eram muito importantes para os internados que tinham as suas famílias lá fora à sua espera, dias esses que foram realçados por Pinho no quadro intitulado “O Dia de Visita”. Principalmente as visitas que aconteciam após o internamento. Depois havia internados que nunca tinham recebido visitas... Segundo os relatos de Pinho, era o toque de um sino no reformatório que ditava o início e o fim de uma visita

Aqui fica um excerto da descrição que acompanhava o quadro “O Dia de Visita”:

Logo de manhã, quando o corneteiro tocava a alvorada, o primeiro pensamento é alegre... Hoje é dia de visita! Meses, semanas, dias, horas e minutos, eram lembrados permanentemente na sua contagem decrescente. Chegou a hora da visita! O que é a primeira visita depois do internamento? Não há palavras para descrever. O abraço longo com soluços, que até faz doer os ossos! Os olhos querem sorver mais que ver, à mistura com o choro.

Na figura seguinte (8), está implícita a questão que já referi em capítulos anteriores sobre a arquitetura das instituições de confinamento, nomeadamente sobre a sensação de vigia constante por quem lá habita – a questão do panoptismo, que sendo um mecanismo arquitetural que foi desenvolvido por Bentham, vem realçar a relação de poder entre os que dominam e os que são dominados. O espaço físico destas instituições, tinha a capacidade de

controlar através da sua estrutura os internados que lá viviam, sendo capaz de moldar os seus comportamentos e ações, mesmo sem ter alguém a vigiá-los presencialmente, sendo uma das intenções do panóptico a redução de quem exercia o poder e aumentar o número de pessoas vigiadas.



*Figura 8 - "As Grades" Cruz por Pinho*

As grades representam precisamente esta ideia de controlo e dominação. Na cruz que está pintada na imagem, estão dezenas de caras de crianças que simbolizam todos os outros meninos, estando apenas em destaque um internado, apresentando a figura “típica” de um menor internado, pintada por Pinho, que julgo ser ele próprio. Pinho ao descrever este quadro, refere que estas casas (de instituição de menores) têm muros enormes, portas e janelas chapeadas e engradadas. Dentro destas casas, habitam crianças que, fechadas, ali vivem até um dia. E para estas, por detrás de uma grade, “mesmo que seja dourada”, é sempre carregar uma cruz.

A tela ilustra uma criança com um olhar cortante. Uma criança de mãos abertas, limpas e com um olhar frontal que acusam a sociedade. Sem culpabilizar algo ou alguém diretamente, Pinho opta por fazer uma crítica à sociedade da época, para tentar mostrar que as crianças não têm de ser culpabilizadas e serem expostas a situações e condições como pudemos observar na obra de Pinho. A sociedade não tinha o direito de retirar a infância a uma criança, prendendo-a e tirando-lhe a liberdade.

O artista tem ainda a necessidade de realçar o olhar da criança, no sentido de sensibilizar todos/as aqueles/as que a observam. É um olhar de alguém magoado e ferido que pretende penetrar, chamando a atenção dos que olham para ele.

Estes são os quadros dentro da obra de Pinho que mais me marcaram e que mais contribuíram para a elaboração deste trabalho. São quadros que “falam” e que querem mostrar, a quem os vê, um lado intimista e chocante, de quem viveu num Reformatório nos anos 30 e 40.

Mais do que descrever o que se consegue observar através das telas que aqui referenciei, a sua problematização e uma tomada de posição crítica eram o objetivo de as trazer para este trabalho, mais especificamente para este subcapítulo. Fazer sociologia também tem esta dinâmica e ambiguidade que é fugir do óbvio e “ver para além das fachadas” (Goffman, 1993).

Os castigos, mais do que físicos, deixam mazelas que se prolongam no tempo. Não passam... simplesmente aprendem-se a viver com elas. O conceito de reeducar e reintegrar podem e devem ser colocados em causa quando se dão a conhecer vidas como a de Pinho, mesmo que sejam de há setenta anos atrás.

Sociologicamente, estas obras são de um interesse extremo, quando olhamos para elas e conseguimos perceber que todas culpabilizam a sociedade e pretendem responsabilizá-la pelas vidas que se foram perdendo. Ao “desdobrar” a sociedade em diferentes setores, percebemos que o sistema político, o sistema judicial e o sistema social e educacional, eram altamente insuficientes para dar uma resposta eficaz na reeducação destas crianças. A acompanhar as décadas de 1930 e 1940, tivemos uma ditadura que prolongou no tempo as diferentes crises que se faziam sentir.

Internamente, estas instituições precisavam de uma intervenção, que fizesse revigorar o sistema educacional e que mudasse o destino de vida dos menores, que com o evoluir da história, foi uma mudança bem sucedida. Pinho, felizmente, foi um caso de sucesso que conseguiu sobreviver numa sociedade tóxica e privada de liberdades, tendo abandonado o centro educativo de Vila do Conde ainda não tendo atingido a maioridade. No entanto, a maioria destas crianças acabavam por voltar aos reformatórios, porque não conseguiam viver fora dele, tal não era a prisão e bloqueio mental que sofriam. Ou então, acabavam por se perder nas suas próprias vidas, afogando-se na tristeza e solidão.

## 11. Considerações Finais

As sanções disciplinares aplicadas às crianças internadas em instituições como reformatórios e centros educativos, eram em muitos casos físicas, com recurso ao uso da força que proporcionavam uma sensação de tortura e dor aos menores. A leitura e análise de Foucault, proporcionou-me criar uma ligação entre a teoria e prática, na medida em que foi possível refletir qual o papel do corpo enquanto instrumento de punição.

O corpo dos internados ou reclusos era visto como um meio de punição pelos delitos ou crimes que cometeram, no sentido de os reeducar. O corpo encontrava-se em posição de instrumento ou intermediário. Qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visava privar o indivíduo da sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e um bem. Segundo esta penalidade, o corpo era colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e interdições. Foi interessante perceber como é que as relações de poder estão diretamente ligadas ao corpo propriamente dito. Este investimento político no corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização económica. O corpo era visto como uma força de produção e força de trabalho, porque estava preso num sistema de dominação, onde só se tornaria numa força útil, porque era submisso e controlado por um sistema – tecnologia política do corpo, como Foucault a apelidou.

A religião e os castigos aplicados dentro destas instituições de poder, também tiveram um lugar de destaque neste trabalho. Foi curioso analisar a conjuntura política em Portugal entre as décadas de 1930 e 1940 e perceber que o regime ditatorial que estava instalado e enraizado no país, proporcionou um culto devoto do Catolicismo que influenciou o modo de funcionamento dos Centros Educativos da época. O principal objetivo destas instituições era o de reeducar e reintegrar os menores em sociedade, fazendo-os cumprir escrupulosamente as regras impostas e que se fossem desrespeitadas ou postas em causa, o recurso à violência física e psicológica era certo. As missas, as catequeses e as rezas ao longo do dia eram indispensáveis para a educação dos menores e que se fossem contestadas tinham consequências.

Ao problematizar estas instituições, coube-me também analisar a escolha que era feita pelas mesmas, no sentido de acolher os menores. A justificação dada pelos Diretores destes centros educativos, era a de que as crianças eram problemáticas, delinquentes e criminosas. Isto remete-nos para outra problemática analisada neste trabalho – a criança enquanto sujeito jurídico. Apelar uma criança de criminoso tem um peso muito grande na forma como a sociedade a olha. O reconhecimento da criminalidade infato-juvenil como

sendo um problema social, emergiu no século XIX e esteve na origem da construção paulatina da justiça de menores, assinalada nas primeiras décadas do século XX pela adoção, em vários estados europeus, de uma jurisdição especializada (para menores) que se distingue de generalista (para adultos) e que instaura o designado modelo de proteção judicial à infância, paradigma na intervenção do Estado junto de crianças e jovens em contacto com o crime ou em risco durante quase toda a centúria de Novecentos (Bandeira, 2009).

Este reconhecimento fez com que fosse criada uma nova conceção do estatuto da criança – nomeadamente na forma como se encarava o seu crescimento e se avaliava a sua maturidade. Foram necessárias medidas que sustentassem uma intervenção adequada junto desta população específica e pela elaboração de dispositivos que permitissem agir quer sobre as causas originadoras de comportamentos delinquentes, diminuindo os seus efeitos, quer sobre as crianças e jovens em colisão com a ordem social, tentando reintegrá-los. Importa referir que todos os demais fundamentos da jurisdição de menores derivam desta equação, tais como: a desresponsabilização penal da criança e a responsabilização da família; a acentuação desta ideia preventiva, alargando-se aos menores em situação de perigo (órfãos, vítimas de maus tratos ou de negligência parental) a aplicação de medidas judiciais de proteção e estendendo-se às suas famílias medidas de sanção; afirmação da ação educativa sobre a punitiva, criando-se instituições para uma intervenção especializada – nomeadamente os Centros Educativos e Reformatórios.

É neste ponto que centro a minha análise na génese dos Centros Educativos, que foram criados precisamente com a intenção de dar uma nova oportunidade de integração às crianças e jovens, que tinham saído da conduta que era e é imposta pela sociedade em geral. Estes centros de confinamento *infantojuvenis* formaram-se a partir de um discurso humanista de intuítos educativos e numa *praxis* que buscava recursos nas possibilidades enunciadas pelas ciências, da criminologia à pedagogia, sob a preponderância das do psiquismo. Segundo Goffman (2003), numa instituição total, ao contrário, a vida desenvolve-se no mesmo local e sob uma única autoridade, com atividades diárias planeadas ao detalhe, ritmadas por uma planificação horária, realizadas na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas e com toda a comunidade submetida às mesmas formas de tratamento e obrigações ditadas por um sistema de regras formais explícitas e por um grupo de funcionários. Filomena Bandeira (2009), complementa a teoria de Goffman (2003), ao afirmar que um centro educativo resulta de uma organização complexa e as suas estruturas físicas devem responder às exigências que justificam a institucionalização – um local delimitado por barreiras físicas evidentes, associadas à segurança e à vigilância da

comunidade exterior; um conjunto de instalações que deverão prover as necessidades, daqui resultando uma organização espacial diferenciada, quer por atividades quer por grupos de internados; hierarquização subjacente, espacialmente consignada, com divisão entre dois mundos – internados/equipa dirigente (Tutores) e de vigilância.

O problema não é a lei nem a teoria quando se descrevem centros educativos como instituições correcionais, mas sim, o ato de colocar a lei em prática. Estes locais ao invés de criarem uma sensação de bem-estar e segurança aos internados, mantendo a ordem e respeito inerentes, causavam medo e insegurança. Eram despoletados sentimentos que não eram possíveis de controlar. A expressão em que “medo gera mais medo” enquadra-se na perfeição, porque é exatamente isto que “Pinho” relata nas suas obras. Poucos eram os momentos divertidos, que incitavam à partilha, respeito ao próximo ou compaixão. Eram mostradas aos menores as consequências dos seus atos e nunca as suas recompensas quando assim o mereciam. Não sendo quem de direito para julgar a organização interna destas instituições, cabe-me analisar consoante o material empírico que fui recolhendo e problematizando-o.

Através dos documentos que fui lendo, dando destaque ao livro intitulado “Secção com Liberdade de Aprendizagem Externa Viglada”, em que foi possível perceber o controlo que era feito aos menores com a aprendizagem das diversas oficinas lecionadas nestes estabelecimentos. Aos internados era dada a oportunidade de quando saíssem da instituição de refazerem as suas vidas profissionais junto de empresas privadas que os contratavam para as mais diversas tarefas (que tinham aprendido e desenvolvido dentro da instituição). Neste sentido, eram asseguradas as trajetórias profissionais que iriam dar sustento aos internados no futuro. A questão que fica por responder é – quais seriam as oficinas práticas que preparavam os menores para uma vida adulta? Bases essas que os fariam ser felizes e preparados para uma nova vida em sociedade?

Ao longo de toda a minha pesquisa não encontrei respostas à minha pergunta e isso fez com que tivesse conseguido perceber que o apoio psicológico que era dado aos internados, simplesmente não existia.

A recomendação que deixo a quem ler o meu trabalho, é que reflita, como eu, a vida e o sofrimento de todas as crianças que passaram por estes espaços e em que cidadãos dotados de direitos e deveres se tornaram quando saíram destas instituições. Sei que estando em 2020 no século XXI, houve evolução no sistema político, social, judicial e educacional,

mas a história do tempo presente só é possível ser lida e analisada, com base na história passada que vivemos.

Deixo em aberto a minha reflexão, deixando nas vossas mãos que a história continue e que as memórias não se apaguem...

## 12. Referências Bibliográficas

- Afonso, A., Leal, E. C., Medina, J., Moreira, V., Telo, A. J., & Ventura, A. (s.d.). O Ditador. Em J. Medina, *História de Portugal - XV. A República (IV) e o Estado Novo (I)* (pp. 153-403). Amadora : Edita Ediclube.
- Afonso, T., Silva, S. S., Ramos Pontes, F. A., & Koller, S. H. (2015). Psicologia & Sociedade. *O Uso do Diário de Campo na Inserção Ecológica em uma família de uma comunidade Ribeirinha Amazônica*, pp. 131-141.
- Azevedo, T., & Duarte, V. (30 de junho de 2014). Configurações . *Intervenção em Centro Educativo: discursos a partir de dentro*.
- Bandeira, F. (2009). A formação da rede nacional de estabelecimentos judiciais de internamento para menores. Cartografia de complexos arquitetónicos, estratigrafia de políticas e programas. Em F. Bandeira, J. P. Martins, R. Vieira, R. C. Agarez, R. Figueiredo, & S. Diniz, *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: Os internatos da justiça de menores (1871-1978)* (pp. 37-81).
- Bandeira, F., & Diniz, S. (2005). O Convento de Santa Clara de Vila do Conde: Memória e Ocupação nos Séculos XX e XXI. Em *Actas do 4º Encontro de História - Património Edificado: memória e reabilitação* (pp. 75-107). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- Benelli, S. J. (setembro/dezembro de 2004). A Instituição Total como agência de produção de subjetividade da sociedade disciplinar. *Estudos de Psicologia*, 21, pp. 237-252.
- Borges, V. T. (2018a). Como a História Pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? Em V. T. Borges, R. Santhiago, & A. Mauad, *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz.
- Borges, V. T. (s.d.). Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? Em V. T. Borges, A. M. Mauad, & R. Santhiago, *Que história pública queremos?* (pp. 85-92).
- Caetano, A. (2008). *Sociologia e fotografia. Retrato sociológico do estado da relação em Portugal*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- Candeias, M., & Henriques, H. (2012). 1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens. *III Seminário de I&DT - Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre*. Portalegre.

- Comissão. (4 de fevereiro 1988). Diário da Câmara dos Deputados, sessão nº4. *Relatório da comissão apresentada no Parlamento*. Lisboa.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2005). Conferência 5. Em M. Foucault, *A verdade e as formas jurídicas* (pp. 103-126). Rio de Janeiro: Editora Nau.
- Garcia, A. R. (julho de 2002). Gestin. *Instituição Total (Goffman) - Uma reflexão a propósito de Centros Educativos, 1*, pp. 29-38.
- Goffman, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Relógio D'Água.
- Goffman, E. (2003). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Henriques, C. (1902). Diário da Câmara dos Deputados, nº 26, sessão de 1 de março. *Proposta de lei para a criação da Casa de Detenção e Correção do Porto, 1*, p. 19. Lisboa.
- Menguello, C. (2014). Patrimónios Sombrios, Memórias Difíceis. Em M. B. Ramos Flores, & P. Peterle, *História e Arte: Herança, Memória, Património* (pp. 46-65). Rafael Copetti.
- Neves, T. (2007). Análise Social. *A defesa institucional numa instituição total: o caso de um centro de internamento de menores delinquentes, XLII (185)*, pp. 1021-1039.
- Perissinotto, R. M. (novembro de 1999). História e Sociologia: Um par necessário. *Revista de Sociologia e Política, 13*, 201-207.
- Pinho, E., & Carlos, M. (26 de junho de 2019). Entrevista à esposa e filha de Pinho. (V. Trindade Borges, Entrevistador)
- Reformatório de Vila do Conde. (1941). *Secção com Liberdade de Aprendizagem Externa*. Vila do Conde: Tipografia do Reformatório de Vila do Conde.
- Tomé, M. R. (2010). A Cidadania Infantil na Primeira República e a Tutoria da Infância. A Tutoria de Coimbra e do Refúgio Anexo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura, 10*, 481-500.
- Yvorel, J.-J. (2005). Esquisse d'une histoire de la prise en charge de l'enfancedélinquante aux XIX e XX siècles. Em S. Chassat, L. Forlivesi, & G.-F. Pottier, *Éduquer et Punir: La Colonie Agricole et Pénitentiaire de Mettray (1839-1937)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.